

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**O LUGAR DAS OCUPANTES
NO MERCADO DE TRABALHO
DE SANTA MARIA/RS EM 2004**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Vanessa Almeida Porto

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**O LUGAR DAS OCUPANTES
NO MERCADO DE TRABALHO
DE SANTA MARIA/RS EM 2004**

por

Vanessa Almeida Porto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivaine Maria Tonini

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

© 2006

Todos os direitos autorais reservados a Vanessa Almeida Porto. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ocorrer com a autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Henrique Dias, 172/105. Bairro Centro, Santa Maria, RS. 97010-220

Fone: (55)3222-0351; End. Eletr.: vanessinhaporto@yahoo.com.br

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O LUGAR DAS OCUPANTES
NO MERCADO DE TRABALHO
DE SANTA MARIA/RS EM 2004**

elaborada por
Vanessa Almeida Porto

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA

**Ivaine Maria Tonini, Dr^a. (UFC)
(Presidente / Orientadora)**

Vera Maria Favila Miorin, Dr^a. (UFSM)

Elisabete Maria Garbin, Dr^a. (UFRGS)

Santa Maria, RS, 12 de Janeiro de 2006.

P853I Porto, Vanessa Almeida, 1980-

O lugar das ocupantes no mercado de trabalho de Santa Maria/RS em 2004 / por Vanessa Almeida Porto ; orientador Ivaine Maria Tonini. - Santa Maria, 2006

119 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2006.

1. Geografia 2. Mulher 3. Mercado de trabalho 6. Santa Maria I. Tonini, Ivaine Maria, orient. II. Título

CDU: 911.3

Ficha catalográfica elaborada por
Luiz Marchiotti Fernandes – CRB 10/1160
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Agradecimentos

A teorização feminista da qual me utilizo está presente, encarnada, a cada descoberta, a cada nova situação examinada. Os momentos de extremo isolamento e reflexão que o trabalho intelectual exigiu trouxeram não só o prazer da descoberta, mas propiciaram vivências carregadas de muita paixão, insegurança e frustração. Há também angústias indivisíveis. Mas um dos grandes prazeres (talvez o maior deles), ao construir esta dissertação, foram as parcerias que se fizeram presentes nesses últimos anos. Gostaria de destacar algumas delas que, de forma muito especial, acompanharam/acompanham minha trajetória profissional, não só do ponto de vista intelectual, mas afetivo também.

Refiro-me, primeiramente, a minha orientadora, professora Ivaine Maria Tonini, que é uma profissional extremamente comprometida com a qualidade da educação e da pesquisa. Além disso, seus ensinamentos, suas sugestões, suas críticas e, principalmente, sua paciência e compreensão contribuíram para a construção desse estudo, possibilitando-me ampliar/questionar meu trabalho na área. Meu muito obrigada!

Outras pessoas importantes são as professoras avaliadoras Vera Miorin e Elisabete Garbin, pelos seus outros olhares e contribuições para melhoria deste estudo.

À professora Lílian Hann, por suas valiosas sugestões e seu pensar cheio de possibilidades, o que me propiciou encontrar novos caminhos para a pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho na UFSM, professores/as do MEN, principalmente à professora Sônia Correa, pelo seu companheirismo e auxílio profissional.

Ao pessoal do Decisão Pré-Vestibulares, minha primeira acolhida profissional, professores/as, funcionários/as e tantos/as alunos/as, impossível nomeá-los/as aqui. Obrigada pela confiança nos meus ensinamentos e à nossa convivência!

Aos colegas da Rede Cipel, pela possibilidade de trocar e aprender juntos/as, e aos meus inúmeros alunos, que, desde já, começaram a entender com quantas noites se faz uma dissertação.

À equipe do Colégio Coração de Maria, que confiou em meu trabalho, e aos alunos/as, que sempre me receberam com muito carinho.

Às professoras da OMEP/SM, lugar onde pude aprender muito e dialogar sobre a importância da Educação Infantil. Tais inserções profissionais me possibilitaram também exercer o prazer e o compromisso de fazer uma pesquisa interessada.

Outras pessoas que acompanharam toda essa trajetória merecem ser nomeadas por terem se constituído em grandes parcerias afetivas, fazendo-me ter a certeza de que não é possível trabalhar de forma isolada, rígida ou prepotente.

A meu pai e minha mãe, pela suas presenças ausentes, mas com a garantia de um alicerce familiar.

Aos meus irmãos: se fosse possível escolher, não os trocava por outros. Obrigada por vocês existirem!

Ao Anderson, que sempre foi uma inspiração intelectual e disciplinada. Pelos três anos de amor e companheirismo, pela paciência e força que me dedicou, e por tudo de belo que construímos e erramos juntos. Hoje, são marcas que carregarei pra sempre. Pelo carinho que ficou e nunca permitiu que nos afastássemos.

Ao pessoal de Alegrete, especialmente minhas amigas Luciana e Luiza, pelos momentos de descontração.

Ao Jean, a Dani, a Aline e a Daiane, e tantos e tantas que entre teto, comida, conversas, risos e choros compartilharam dessa construção durante nossas convivências.

Ao Guilherme, descoberta e encontro, que me mostra, a cada dia, novas coisas boas da vida.

A todas outras pessoas, as quais não me referi, mas que certamente também participaram da minha vida e da consolidação de mais uma etapa. Meu muito obrigada!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

O LUGAR DAS OCUPANTES NO MERCADO DE TRABALHO DE SANTA MARIA/RS EM 2004

AUTORA: VANESSA ALMEIDA PORTO
ORIENTADORA: IVAINE MARIA TONINI

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 12 de Janeiro de 2006.

Este estudo constitui-se em uma análise do mercado de trabalho de Santa Maria/RS a partir da interpretação de tabelas sobre as oportunidades de emprego oferecidas pelo SINE, publicadas no jornal Diário de Santa Maria, durante o ano de 2004. O foco central é refletir acerca dos dados que possibilitam analisar como o mercado de trabalho posiciona mulheres e homens em ocupações que são definidas historicamente enquanto campo de atuação distinto. Assim, teci relações entre a Geografia, o gênero e o mercado de trabalho. O referencial teórico, bem como as análises efetuadas a partir dos dados construídos, está apoiado em leituras de autoras/es como Louro (1997), Scott (1995), Meyer (2003), Perrot (1998), Rossini (2002), entre tantos/as outras/os que inspiraram este estudo. Na construção do material empírico, vali-me de uma estratégia multimetodológica. À medida que barreiras dificultavam a realização da pesquisa, essas foram encaminhando-se para estabelecer novos limites para o objeto de estudo. Algumas foram convidadas a entrar, outras fizeram-se presentes sem pedir licença, e algumas outras estão apenas subentendidas na construção dos focos de análise. O modo de amarrações finais estabelecidas e as análises empreendidas com relação a posições da mulher no mercado de trabalho, em Santa Maria/RS, apresentam-se em três focos, estabelecendo relações entre o gênero e a escolaridade, o gênero e as cuidadoras sociais e o gênero e as qualificações, permitindo, também, demonstrar que é possível perceber que a história da cidade favorece a consolidação das atividades econômicas e a configuração das oportunidades oferecidas às mulheres pelo mercado de trabalho. Através desses focos, observei a permanência do endereçamento das oportunidades de trabalho entre o gênero, o qual vai sempre permitindo uma divisão entre os sexos. Para os homens, as ofertas de emprego são maiores, tanto na quantidade como nas variedades de oportunidades. As mulheres continuam sendo chamadas para ocupações que, ainda, apresentam forte vinculação com atividades desempenhadas no espaço doméstico, mesmo que elas tenham, atualmente, uma maior inserção e numericamente mais oportunidades do que no passado. Os lugares ocupados pelo gênero continuam divididos, gerando segregações sociais, econômicas e culturais entre eles.

Palavras-Chave: Geografia, Gênero e Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

O LUGAR DAS OCUPANTES NO MERCADO DE TRABALHO DE SANTA MARIA/RS EM 2004

AUTORA: VANESSA ALMEIDA PORTO
ORIENTADORA: IVAINE MARIA TONINI

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 12 de Janeiro de 2006.

This study is a work market analysis in Santa Maria/RS by reading work opportunity tables provided by SINE, published on Diário de Santa Maria official newspaper in 2004. The central focus is the data by which it may be possible to analyse how work market positions women and men in occupations which are historically defined as different work fields. Therefore, I have analysed the relations between Geography, gender, and work market. The review of the literature, as well as analyses of built data, is based on readings of Louro (1997), Scott (1995), Meyer (2003), Perrot (1998), Rossini (2002), among so many others who have inspired this study. For the empirical material, I have drawn upon a multimethodological strategy. When there were obstacles to conduct the study, I defined new frontiers for my study. Some were invited to come in, others came in without my permission, and others are underlying the construction of my analysis focus. The final mode of binding and analyses in relation to women's occupations in the work market in Santa Maria are provided in three focuses, with relations between gender and educational level, gender and social carers, and gender and qualifications, also allowing to show that it is possible to see that the city's history favours a plenty of economic activities and opportunities for women in the work market. With these focuses, I observed that opportunities to work remained on the same addresses, which enables the same division between genders. Opportunities to work are higher and of better quality for men. Women continue to be called for domestic-related occupations, even if today they have more opportunities than in the past. There is still gender separation that causes social, economic, and cultural divisions.

Keywords: Geography, Gender, and Work Market.

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1	–	Configurações cartográficas de Santa Maria, RS	18
FIGURA 2	–	Publicação das oportunidades de emprego pelo SINE no jornal Diário de Santa Maria	48
FIGURA 3	–	Diagrama do percurso investigativo deste trabalho de pesquisa	49
FIGURA 4	–	A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro	87
FIGURA 5	–	Oportunidades de emprego definidas por setor econômico	93
FIGURA 6	–	Oportunidades de emprego definidas por nível de escolaridade	96
FIGURA 7	–	Oportunidades de emprego definidas por setor econômico e nível de escolaridade	98
FIGURA 8	–	Oportunidades de emprego definidas por nível de experiência	102

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1	–	Distribuição da população por sexo em Santa Maria – 2000	25
TABELA 2	–	Oportunidades de emprego em Santa Maria – 2004	45
TABELA 3	–	Oportunidades de emprego definidas por sexo – 2004	88
TABELA 4	–	Setores econômicos e atividades desempenhadas	90
TABELA 5	–	Oportunidades de emprego definidas por setor econômico – 2004	91
TABELA 6	–	Oportunidades de emprego definidas por sexo e setor econômico - 2004	91
TABELA 7	–	Oportunidades de emprego definidas por nível de escolaridade – 2004	95
TABELA 8	–	Oportunidades de emprego definidas por setor econômico e nível de escolaridade – 2004	97
TABELA 9	–	Oportunidades de emprego definidas por nível de experiência – 2004	101
TABELA 10	–	Ocorrência das atividades de cuidadoras sociais nas oportunidades de emprego – 2004	110

SUMÁRIO

PROCURANDO TRABALHO	10
1. SANTA MARIA DE TANTOS LUGARES	15
1.1. <i>Suas configurações</i>	15
1.2. <i>Era uma vez...</i>	21
1.3. <i>Suas atividades econômicas</i>	25
2. ENTREGANDO O CURRÍCULO	30
3. PERCURSO INVESTIGATIVO	34
3.1. <i>Inspirações teóricas</i>	34
3.2. <i>Material empírico</i>	43
4. APRESENTANDO A QUESTÃO DE GÊNERO	51
4.1. <i>A questão de Gênero</i>	51
4.2. <i>O Gênero como construtor de Identidades</i>	59
4.3. <i>Movimentos sociais e relações de Gênero</i>	67
4.4. <i>Problematizando Gênero e Sexualidade</i>	70
4.5. <i>Os estudos de gênero no Brasil: Um pouco de sua história</i>	74
5. O PÊNDULO DO MERCADO DE TRABALHO	85
5.1. <i>As oportunidades de trabalho</i>	86
5.2. <i>A escolaridade como exigência ocupacional</i>	94
5.3. <i>A experiência profissional como qualificação para o trabalho</i>	100
5.4. <i>Cuidadoras do Lar/Cuidadoras Sociais: o trabalho como uma extensão do espaço privado</i>	103
6. ENCERRANDO O EXPEDIENTE	106
BIBLIOGRAFIA	110
ANEXOS	117

PROCURANDO TRABALHO

Para melhor entender os motivos que me¹ levaram a desenvolver essa temática como proposta para a realização da dissertação de Mestrado, torna-se necessário resgatar alguns aspectos ligados a minha trajetória acadêmica e aos estudos que desenvolvi ao longo desta caminhada.

Mostrar quem sou e também onde estou permite a mim mesma perceber como cheguei aos porquês e modos de construir este trabalho e às escolhas que me permitiram sua elaboração. Isso tudo através dos olhares que me possibilitaram analisar os mecanismos existentes no mercado de trabalho.

Na maior parte do meu curso de graduação em Geografia -Licenciatura Plena- na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), durante os anos de 1999 a 2003, vivi momentos de total descontentamento. Entre os motivos principais, estavam à falta de significado para os conteúdos estudados, tanto na forma como eles eram trabalhados quanto na sua importância para minha vida profissional. Naquele momento, apenas cumpria as formalidades e avaliações exigidas, enquanto alimentava a esperança de uma virada nesse jogo. Foi somente a partir do quinto

¹ Devo justificar minha escrita em primeira pessoa, sentidos e sentimentos, pois compartilho da idéia de Brousseau (1999). O autor esclarece que o “Eu” constitui, de uma certa maneira, uma crítica do “Nós” genérico, através do qual se constrói a neutralidade do sujeito científico. Segundo Brousseau (*op. cit.*), o “Eu” também corresponde uma maior liberdade em relação à sobriedade dos cânones discursivos da cientificidade.

semestre, ao cursar as chamadas disciplinas pedagógicas², que passei a dar um outro sentido para minha formação acadêmica.

Nesse mesmo período, fui buscar um envolvimento maior com meu curso, fosse uma maior participação em atividades estudantis, fosse em salas de aulas. Queria estar mais envolvida com minha futura profissão. Simultaneamente a isso, retornava ao Departamento de Geociências a Professora Ivaine, do seu Doutorado em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Considerada também como a “defensora” dos/as licenciados/as, e “pipocando” com novos olhares e idéias para a pesquisa em Geografia.

Corajosamente, fui oferecer-me para ser voluntária junto ao Núcleo de Estudos de Geografia e Educação (NEGE), sob sua coordenação. Fui aceita e então passei a desenvolver todas as atividades que vinham pela frente: organização de eventos, exposições de materiais escolares, monitoria não-subsidiada, bolsa do Programa de Licenciaturas (PROLICEN), entre outras. Foi nesse espaço e tempo que meu olhar vagarosamente começou a migrar para outros lugares teóricos, e a Geografia foi ganhando um novo sentido.

Alerto aos leitores que vagarosamente fui me aproximando do novo referencial teórico permitindo-me hoje, ser herdeira e portadora de muitas vozes e, também, de diversos autores e autoras, referenciais teóricos que me inspiraram com suas escritas, suas idéias, seus pensamentos...

Lá cheguei e fiquei até o final. Desenvolvia com muita satisfação todas as atividades que me fossem sugeridas, gostava de estar lá!

O tempo foi passando, já era o último semestre, o final do curso estava próximo, tinha de realizar o Estágio em Prática de Ensino e desenvolver o Trabalho de Graduação “A”³. Naquela época, foi difícil começar e estruturar o tempo entre essas atividades, mas os “puxões de orelha” ajudavam bastante. Tarefas cumpridas, esforços compensados. E agora, o que fazer com um diploma na mão?

² Essas disciplinas eram de responsabilidade dos professores do Centro de Educação (CE/UFSM), conforme estava estruturado no currículo vigente da época.

³ Consiste na elaboração de um trabalho de pesquisa a ser apresentado como requisito parcial para a formação. Meu estudo esteve centrado na organização de um material didático para a 3ª série do Ensino Fundamental intitulado *Alegrete, Quero te Conhecer*.

Fui, então, tentar a seleção para o Mestrado em Geografia, que iniciava na UFSM. Para tanto, era requisito para a seleção um projeto de pesquisa, além das provas, entrevista e análise do currículo. Era necessário pensar em um tema relevante e relacionado à perspectiva teórica⁴, na qual minha pretensa orientadora estava inserida⁵.

Após várias discussões, surgiu, então, a possibilidade de desenvolver a pesquisa baseada nos estudos de gênero, fazendo articulações com o mercado de trabalho. Eu ainda não havia desenvolvido nenhum trabalho sobre essa temática, mas havia acompanhado algumas de suas orientações em outros Trabalhos de Graduação. Como gosto de enfrentar desafios, aceitei. Além do mais, havia uma outra colega, também pesquisando o tema para desenvolver sua monografia no curso de Especialização em Geociências. Isso era motivo para que nos aliássemos nessa empreitada. Também era pertinente tal escolha, pois, segundo a União Internacional Geográfica, a questão de gênero havia sido escolhida como a temática a ser debatida em seus fóruns para os quatro anos de gestão diretoria de 2002-2006⁶.

De posse dessa temática para ser pesquisada, ainda tinha outro embate para ser enfrentado: o fato de ficar “órfã” de orientadora⁷. Isso foi lentamente sendo assimilado, ou melhor, tendo de ser aceito. Confesso que, por muitas vezes, senti falta do “colo direto” para me ajudar a desbravar esta caminhada.

Seleção vencida. Agora era cursar as disciplinas obrigatórias e outras necessárias para completar o número de créditos exigido. Infelizmente as disciplinas ofertadas pelo curso não tiveram nenhuma relação nem com a perspectiva teórica, na qual meu estudo estava ancorado, nem mesmo com a temática. As discussões estabelecidas durante as aulas e seminários iam ficando cada vez mais distanciadas da minha pesquisa, fato que me levava a prosseguir sozinha nessa caminhada.

⁴ Está relacionada aos Estudos Culturais, dentro de uma perspectiva pós-estruturalista de análise.

⁵ Depois de aprender a ler a Geografia com outro olhar, não se consegue mais retornar ao lugar ocupado anteriormente. Por isso, minha decisão em permanecer sob a orientação da professora Ivaine.

⁶ Informações circuladas no site da Associação Brasileira de Geógrafos em dezembro de 2002.

⁷ Desde meu processo de seleção já sabia dessa possibilidade. Permaneci mesmo assim. Minha orientadora estava transferindo-se para Universidade Federal do Ceará. Isso significa que nossos encontros seriam muito mais virtuais do que reais. Trabalho dobrado!!!

Para completar, neste mesmo ano, 2003, cheio de mudanças, desafios e incertezas, comecei a exercer a função de professora⁸ no Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação (CE/UFSM), atendendo disciplinas nos Cursos de Pedagogia (Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil), Educação Especial (Deficientes Mentais e da Audiocomunicação) e Geografia (Licenciatura Plena)⁹.

Mesmo assim, não abandonei os alicerces que tentava construir a cada leitura no referencial teórico que guiava meu estudo. Sempre que possível, tentava perceber alguma aproximação com minhas práticas em sala de aula¹⁰.

Entre os textos que eu estudava para minha dissertação, alguns faziam referência à sexualização das ocupações no mercado de trabalho, a partir do gênero, e nos Cursos de Pedagogia e Educação Especial, em que, ao longo de quatro semestres, tive a presença maciça de mulheres, num universo de aproximadamente duzentas mulheres, e um aluno do sexo masculino em cada um desses cursos. Desse modo, foi possível articular a materialidade dos textos na minha própria prática profissional.

Em cada lugar que ia, principalmente acompanhando os/as alunos/as de Prática de Ensino, cada escola, cada sala, tentava estabelecer relações e buscar cada vez mais indagações conforme propõem principalmente os estudos realizados por Louro (1997), nos quais ela comenta como a escola legitima essas diferenças e desigualdades, produzindo identidades.

Nestas circunstâncias, a idéia de trabalhar com o gênero, mesmo sem ter definido vários aspectos do meu trabalho e sem ter meus objetivos ainda bem delimitados, a temática foi me instigando cada vez mais, e sempre aliada aos ditos da Ivaine: *“Você tem de se apaixonar pela pesquisa. Tem de ter calafrios, tremores, insegurança. São esses sentimentos que fazem você andar, buscar, achar!!!”*

⁸ Vínculo empregatício temporário, contratação de caráter emergencial.

⁹ As disciplinas ministradas eram Metodologias do Ensino de Estudos Sociais A, I e II e Prática de Ensino em Geografia (Estágio Supervisionado).

¹⁰ Uma das temáticas mais debatidas em sala de aula relacionava-se às Datas Comemorativas (tidas em muitas estruturas curriculares como de responsabilidade dos Estudos Sociais). Aproveitava durante as aulas para discursar sobre o Dia Internacional das Mulheres -a primeira data no calendário escolar- e refletir por que os “normais não precisam de dias especiais para serem lembrados”.

Se foi paixão ou outro sentimento, ainda não sei, o que percebi é que me envolvi, dormi e acordei juntamente com a pesquisa todos os dias. No entanto, sei que encontrei coisas que me permitiram colocar estranhamentos sobre elas. O que pretendi, a cada passo foi problematizar e desestruturar cada vez mais minhas certezas, e mostrar, aos que ainda não estão inseridos nessa leitura, outras possibilidades de pesquisa em Geografia. Isso tudo com a finalidade de fazer analogia ao título do livro de Santos (2002) *Por uma outra globalização*.

Neste sentido, entendo que a outra globalização compreende a globalização de todos os excluídos, resgatados em uma sinfonia de humanização, com a perspectiva de uma globalização que una todas as mulheres e todos os homens, sob a égide do encontro apontando para um mundo de difícil percepção por conta da confusão reinante que nos tem levado a perplexidade não aceitando explicações mecanicistas e de caráter insuficiente.

1. SANTA MARIA DE TANTOS LUGARES

Neste capítulo, abordei a história de Santa Maria e suas características sócio-espaciais nas relações com a configuração do mercado de trabalho.

1.1. Suas configurações

A cidade de Santa Maria não é o lugar que nasci nem vivi a maioria dos anos da minha vida. Só vim a conviver com seu cotidiano a partir de meus estudos universitários. Visitava-a enquanto criança em passeios com minha família para rever parentes e amigos. Na última visita em meados dos anos 90, já adolescente, percebia um grande movimento de automóveis, circulação de pessoas, intenso comércio e a sua relevância econômica e cultural.

Era programa certo, para os visitantes, passear por determinados locais e exaltar suas contribuições. Santa Maria sempre foi, e continua sendo, uma cidade atrativa por oferecer serviços com qualidade. Grande parte das pessoas que aqui

vivem ou passaram por aqui, de algum modo, estiveram envolvidos com a Universidade Federal, com a Base Aérea ou com a Viação Férrea.

Com o passar dos anos, atraída pela vocação educacional da cidade como tantos outros, vim morar em Santa Maria. Como aluna do curso de Geografia da UFSM, era estimulada diariamente a observar, perceber e analisar as características espaciais e as transformações ocorridas ao longo do tempo às quais me exigiam compreender um pouco de sua origem, história e lenda. Tudo isso para me aproximar das muitas realidades cotidianas que se configuravam pelas suas diferentes territorialidades e representações analisadas ao longo do percurso que realizava diariamente entre a universidade, o centro e a urbanização da direção oeste da cidade.

Não há professor/a ou pesquisador/a de Geografia que não aprendeu, durante a sua formação, que se deve sempre fazer referência ao lugar estudado, buscando primeiramente posicioná-lo e caracterizá-lo enquanto área de estudo.

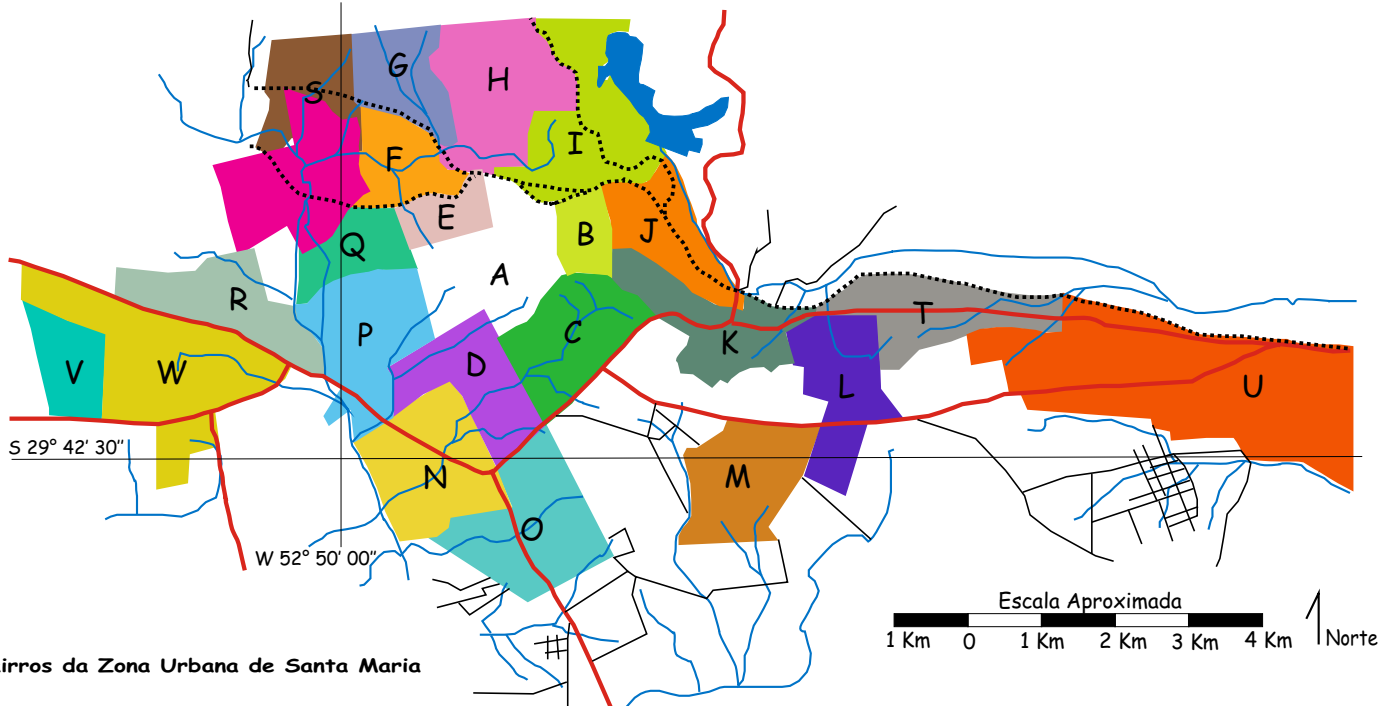
Santa Maria é uma cidade de médio porte e privilegiada quanto a sua localização geográfica no contexto estadual, pois se encontra localizada no centro geográfico do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas de 53° 39' 56" de longitude oeste e 29° 39' 56" de latitude sul. A posição geográfica de Santa Maria proporcionou aos povos pré-coloniais vias de acesso a todos os pontos importantes da região Platina. Os rios que nascem próximos ao município serviam como caminhos e fontes de subsistência para populações de caçadores-coletores e horticultores há mais de 2000 anos. Os caminhos da fundação definem-se pela transição entre os campos, as matas, os rios, o gado, homens e mulheres, vinculados também às atividades rurais. Nos últimos tempos, em seu processo de ocupação e urbanização, essa localização facilitou o desenvolvimento de várias atividades, como o militarismo, o transporte ferroviário e o comércio.

A área municipal atual possui 1.823 Km² e seus limites geográficos são: ao norte, os municípios de Itaara, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra; ao sul, São Gabriel e São Sepé; a leste, Silveira Martins e Dilermando de Aguiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 2004). A posição geográfica do município de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul, bem como seus limites,

formas de acesso, a divisão interna por bairros e sua localização podem ser visualizados na Figura 1.

O Município de Santa Maria

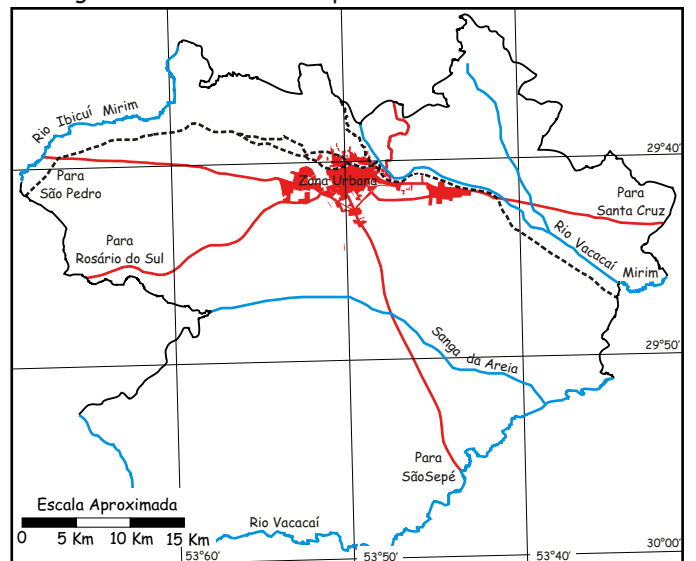
Divisão por Bairros da Zona Urbana de Santa Maria



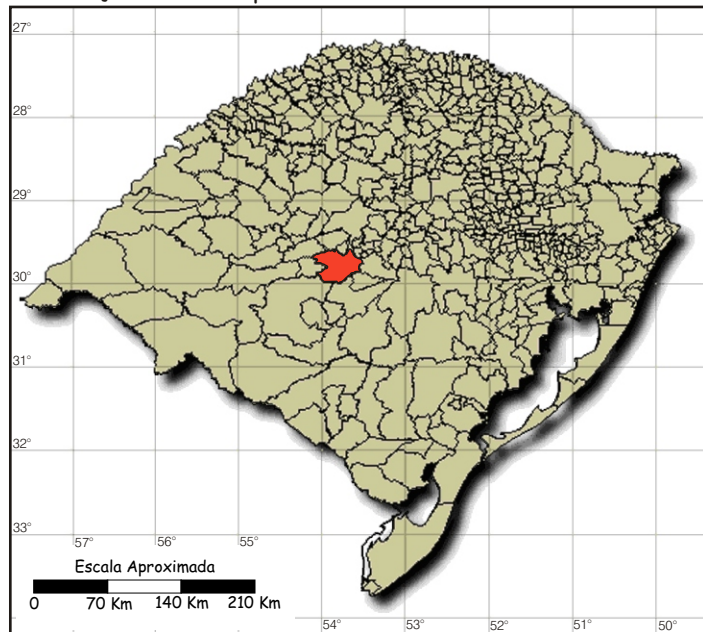
Bairros da Zona Urbana de Santa Maria

- | | |
|----------------------------|-----------------------------|
| A - Centro | L - São José |
| B - N. S. Dores | M - Cerrito |
| C - N. S. Lourdes | N - Urlândia |
| D - Medianeira | O - Tomazzetti |
| E - N. S. Rosario | P - Patronato |
| F - Salgado Filho | Q - Passo da Areia |
| G - Chácara das Flores | R - Juscelino Kubistchek |
| H - N. S. Perpétuo Socorro | S - Caturrita |
| I - Itararé | T - Pé de Plátano |
| J - Pres. João Goulart | U - Camobi |
| K - KM 3 | V - Cohab Passo da Ferreira |
| | W - Parque Pinheiro Machado |

Cartografia-Base do Município de Santa Maria



Localização do Município de Santa Maria no Rio Grande do Sul



Legenda:

- Drenagens
- Estradas Principais
- Via Férrea

Fontes dos Dados:

Base Cartográfica do IBGE@Cidades
 Carta Santa Maria - Se / 1:25.000 (DSG)
 Carta Camobi - SO / 1:25.000 (DSG)
 Sistema de Coordenadas Geográficas - Latitude / longitude

Figura 1 - Configurações cartográficas do município de Santa Maria, RS.

Quanto aos atributos físicos, Santa Maria está inserida na Depressão Periférica Sul Rio-grandense, a qual pertence à Bacia Sedimentar do Paraná, caracterizada por rochas sedimentares, principalmente do tipo arenito. Já o centro da cidade, abrange uma área sedimentar de origem fluvial, pertencente à Formação Botucatu, com aspecto colinoso. Contudo, maior parte da cidade está sobre a Formação Santa Maria, também caracterizada como uma área sedimentar, mas com coxilhas suaves e declividades inferiores a 6%, cujas altitudes não ultrapassam os 150 metros (PINTO, 1998).

Santa Maria integra as duas grandes bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, a Bacia Atlântica e a Bacia do Uruguai. Na Bacia do Atlântico, estão inseridos os afluentes do Rio Jacuí (no município são os rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim), que têm fluxo direcionado para o leste do Rio Grande do Sul, tornando-se assim uma importante via de ligação com a região mais urbanizada e industrializada do Estado. A Bacia do Uruguai é composta pelos afluentes Ijuí e Ibucuí (em Santa Maria encontra-se o Rio Ibucuí-Mirim). O fluxo é direcionado para oeste, tornando-se importante na ligação da região central do Rio Grande do Sul com os países da Bacia Platina, principalmente Uruguai e Argentina.

Conforme a Classificação Climática de Koeppen, o clima de Santa Maria é definido como *Cfa Subtropical Úmido*, com verões quentes e invernos frios. As chuvas são de origem essencialmente frontal. Não há estação seca definida, pois as precipitações ocorrem regularmente durante todo o ano.

O enquadramento fitogeográfico, segundo estudos de Brena e Longhi (2002), correspondem as florestas estacionais semi-decíduais, tipicamente ombrófilas, que avançaram sobre os campos e matas de araucárias, resquícios de um paleoclima árido e frio. A porção sul de Santa Maria é composta predominantemente de campos limpos, mas onde os solos são mais úmidos e profundos, encontramos os campos sujos. Na beira dos rios, predominam matas ciliares.

Segundo dados do IBGE (2005b), os principais produtos cultivados são o arroz, cultivado nas áreas de várzea e em grandes propriedades, e a policultura, representada pelo cultivo de grãos. Essas propriedades, encontradas principalmente no norte de Santa Maria, eram características da imigração alemã e italiana.

Santa Maria está situada no centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul e, datada do século XVIII, tornou-se uma das mais importantes cidades do interior, por sediar a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ou seja, um dos maiores entroncamentos ferroviários do Brasil, o que lhe valeu o título de *cidade ferroviária*.

Foi com bailes, banquetes e passeatas que Santa Maria encontrou-se com a modernidade. Corria o ano de 1885 quando, em meio a muita comemoração, foi inaugurado o trecho Cachoeira-Santa Maria da linha ferroviária Porto Alegre-Uruguaiana. A inauguração, muito antes de simbolizar o término das obras de mais um das tramas da malha ferroviária que se distribuía pela província, passou a representar a real possibilidade de a cidade efetivar-se como pólo de desenvolvimento regional. Era o impulso transformador que Santa Maria necessitava e esperava. Com o trem, a cidade avançou sobre a modernidade, apostando em um novo projeto ou modelo, baseado no uso da tecnologia, no pluralismo étnico, na especialização institucional e na densificação cultural.

Essa ligação com a ferrovia pôde ser percebida, em Santa Maria, pelo seu desenvolvimento e progresso, bem como pela necessidade de criação de uma escola feminina na cidade. Foi sendo fundada, então a Escola de Artes e Ofícios Santa Teresinha, que também estava ligada à ferrovia.

Segundo Aranha (1989), a Educação Feminina, ao longo dos tempos, fez parte do contexto histórico da humanidade. Em várias fases, a educação refletiu os interesses da sociedade. No Brasil, após a Proclamação da República, houve a necessidade de adequar uma educação feminina para compor uma sociedade estável, em que cada um soubesse seu papel. Dentro desse contexto, está inserida a educação feminina da Escola de Artes e Ofícios Santa Teresinha, que atendia aos interesses de uma sociedade que havia ascendido com a construção da ferrovia e com as instalações da Viação Férrea, dando "status" à classe de ferroviários, fazendo com que os ensinamentos apreendidos nessa Escola se expandisse por todas as regiões por onde passavam os trilhos.

É necessário expor um breve histórico do surgimento de Santa Maria até a chegada dos trilhos férreos, que provocou alterações visuais e sociais que

demonstram a transformação ao longo dos anos, tornando-a palco e, ao mesmo tempo, agente reflexivo de acontecimentos nacionais e/ou internacionais.

4.2. Era uma vez...

Há uma lenda sobre o amor entre a índia Imembuí, cujo nome significa “Salva das Águas”, e o português Rodrigues, cujo nome indígena era Morotim. A união dos dois teria dado origem ao povoamento de Santa Maria (RECHIA, 1985).

Segundo a lenda, Santa Maria nasceu de uma história de amor. Um guerreiro português chamado Rodrigues foi aprisionado pela índia Imembuí. A índia apaixonou-se pelo guerreiro e o salva da morte. Essa história de amor termina com o casamento da índia Imembuí com o guerreiro, na região onde está localizada Santa Maria. A denominação Boca do Monte, ao contrário do que parece, não é pela cidade ter sido fundada em lugar que daria acesso ao interior de um morro ou elevação similar, e sim, está relacionada com o fato de a povoação ter surgido próxima à entrada da primeira grande picada que dava acesso ao Monte Grande. Os índios moradores do local chamavam essa picada de diversas maneiras, uma delas era Caa-Yuru, ou "Boca do Mato"; adotada pelos espanhóis e portugueses, foi transformada em Boca do Monte.

Já para Padoin (1992), a fundação da Redução de São Cosme e Damião, em 1634, ocorre no local de origem do povoamento que é hoje Santa Maria, fazendo parte da etapa de criação das reduções no Rio Grande do Sul. Foi destruída pelos bandeirantes por volta de 1638 a 1639, os quais estavam em busca de mão-de-obra indígena já reduzida, para escravizá-la. Após esse acontecimento, houve a transferência da redução para a região entre os rios Uruguai e Paraná.

Mais tarde, em 1797, houve um acampamento militar no Passo da Ferreira da Segunda Subcomissão Demarcadora dos Limites. Isso representa que, nesse período, Santa Maria seria uma região de fronteira, haja vista que este

acampamento ficava próximo do acampamento espanhol, caso viesse ser efetivado o Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Conforme Beber (1998), o marco oficial da cidade de Santa Maria corresponde a 1797, com o acampamento destinado a abrigar tanto civis quanto militares da Segunda Subcomissão Demarcadora dos Limites, onde hoje é a rua do Acampamento, no centro da cidade. A partir desse fato, a região que compreende, atualmente, a cidade de Santa Maria, recebeu várias denominações, estando vinculadas a toda a estrutura político-administrativa brasileira, sendo que a igreja estava atrelada ao estado, ou seja, ao Padroado.

O foco do povoamento de Santa Maria foi o acampamento militar, que atraiu inúmeras pessoas que se mudaram para o local. Esse crescimento populacional fez com que o Padre Fernando José Mascaranha Castelo Branco elevasse o povoado à categoria de Oratório em 1804, e, no decorrer de 1810, foi elevado à Capela Filial de Cachoeira, que, em 1812, foi elevada à categoria de Capela Curada.

Viero (2003) conta que, em 1837, houve a criação da Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e, em 1840, houve o fim do domínio dos farroupilhas de Santa Maria. Tempos depois, no ano de 1857, foi elevada à condição de Vila e, devido ao seu crescimento, em 1876, a Vila passou à categoria de cidade com denominação de Santa Maria da Boca do Monte, ainda durante o reinado de Dom Pedro II.

Como afirma Beltrão (1979), o ano de 1885 foi bastante significativo para Santa Maria, pois a mesma recebe as primeiras estradas de ferro, sendo inaugurada a linha Porto Alegre-Cachoeira-Santa Maria no ano de 1890. Tal inauguração veio contribuir para o desenvolvimento e o crescimento da cidade, possibilitando a ligação com regiões antes isoladas.

O transporte de mercadorias e pessoas pelos trilhos férreos leva a constatar-se um grande salto em termos de crescimento para Santa Maria e região, estimulando, assim, a urbanização. Nota-se, ainda, que a instalação da Viação Férrea propiciou a ascensão também do comércio e da indústria, levando ao acúmulo de capital.

Em face disso, em 1897, foi fundada a Praça do Comércio, hoje Câmara de Indústria e Comércio de Santa Maria (CACISM). Conforme Padoin (1992), uma

entidade de classe que tinha por objetivo congrega os empresários e industriais que viam inicialmente a possibilidade de desenvolvimento econômico e industrial proporcionado pela ferrovia.

Santos (2004) afirma que, com a presença da ferrovia, Santa Maria tornou-se, no início do século XX, uma das cidades de maior destaque do Estado do Rio Grande do Sul, o que levou, consequentemente, inúmeras pessoas a se deslocarem para a cidade na busca de uma vida melhor, fosse trabalhando no comércio ou na ferrovia. Isso tudo oportunizou desenvolvimento financeiro e urbano; como resultado, a arrecadação municipal progrediu acentuadamente devido a maior circulação de capital em volta das engrenagens que construíram o complexo férreo.

Assim, a cidade mudava sua fisionomia e adquiria pouco a pouco, ano a ano, um aspecto mais urbano, atendendo à demanda e às necessidades existentes em termos estruturais. Para tanto, havia a necessidade de crescer.

Essas necessidades, ao longo do tempo, foram supridas, como nos apresenta Santos (1997), com várias construções, entre as quais podem ser destacadas a construção do Jôquei Clube (1900); o Colégio Industrial (1901); a Vila Belga (1901-1903), esta projetada pelo engenheiro belga Gustave Volthier para ser moradia dos funcionários da Companhia Belga – *Compagnie Auxiliare des Chemins de Fera u Brésil* – que vieram para a construção das ferrovias; o Hospital de Caridade (1903); o Colégio Sant’Anna (1905); o Banco Nacional do Comércio (1910); a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (1913); o Orfanato São Vicente de Paulo (1914); o Avenida Tênis Clube (1916); e a Escola de Artes e Ofício – seção masculina (1922); o Edifício da união dos Caixeiros Viajantes (1926).

As realizações acima mencionadas demonstram, de forma gradativa, o crescimento urbano da cidade no início do século XX, quase todas localizadas próximas à Viação Férrea, pois esta congregava, em seus quadros, centenas de trabalhadores que passaram a utilizar as novas realizações. Assim, conforme Moraes (2002), a infra-estrutura da cidade teve de crescer por meio de escolas, lojas, hotéis, ruas, adaptando-se às novas necessidades e aos ideais de modernidade e higienização que permeava a sociedade da época, tendo como modelo instituinte as cidades européias e paulistas.

Todo crescimento urbano e econômico de Santa Maria, no início do Século XX, esteve vinculado direta ou indiretamente à presença da Viação Férrea, assinalando uma característica de um período do crepitar das máquinas e da utilização em grande escala dos transportes ferroviários. Em São Paulo, por exemplo, este processo floresceu aliado à produção de café, ou seja, à necessidade de mudança de uma sociedade rural para uma sociedade urbana.

Neste contexto, conforme afirma Santos (2004), tanto as grandes cidades como São Paulo ou outras como Santa Maria estiveram incluídas dentro do contexto de consolidação da Revolução Industrial e do Capitalismo. Nelas, os trabalhadores tiveram de se adaptar a um novo ritmo e aos interesses capitalistas, em outras palavras, uns detinham os meios de produção, e outros vendiam sua força de trabalho, como reflexo de acontecimentos nacionais e internacionais.

Existia também, nesse período, a preocupação dos governantes de Santa Maria em formar uma cidade padrão, moderna, organizada e higiênica, seguindo os padrões da modernidade. Conforme Correa (1994), a reforma urbana e a remodelação da cidade obedecia a uma racionalidade capitalista que via o sítio urbano como um local de limpeza, de competitividade, de produtividade e de civilidade.

Sendo esse um período em que a sociedade transformava-se, adequando-se aos novos padrões, a cidade, então, era objeto do imaginário social. Esse, segundo Cordova (1994), é a expressão dos anseios de um grupo ou de uma coletividade, podendo tornar-se uma resposta possível aos conflitos, às divisões que existem na sociedade, elaborando assim uma hierarquia de valores.

Esse imaginário instituinte fez com que houvesse um êxodo rural, pois as pessoas acreditavam que, indo para a cidade e deixando o campo, conseguiriam atingir uma vida melhor por intermédio de um emprego na Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Segundo Santos (2004), “todo esse contexto fez com que o Diretor Comercial, senhor Manuel Ribas, juntamente com os membros da Cooperativa da Viação

Férrea do Rio Grande do Sul, percebesse a necessidade de criar escolas ligadas à Cooperativa tanto feminina quanto masculina” (p. 27).

Para tanto, inicialmente, foi criada uma escola masculina e, posteriormente, uma escola feminina, ambas para filhos e filhas de funcionários da Viação Férrea, já que, no início do século XX, havia um reduzido número de escolas em Santa Maria, dentre elas o Colégio Distrital de Santa Maria, para a formação de professores, que hoje é o Instituto de Educação Olavo Bilac, e a Escola Complementar de Santa Maria.

1.3. Suas atividades econômicas

Conforme dados relativos ao Censo Demográfico de 2000, publicados pelo IBGE, Santa Maria possui uma população total de 243.396 habitantes, ocupando a quinta posição no Estado, sendo superada apenas por Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Canoas. Do seu total populacional, 230.468 habitantes encontram-se na área urbana e 12.928 na área rural.

A distribuição da população por sexo em Santa Maria está estruturada conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição da população por sexo em Santa Maria - 2000.

	Nº Absoluto	Nº Relativo
Feminino	127.496	54,40%
Masculino	115.900	45,60%
Total	243.396	100%

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Segundo Figueiredo (2001), o crescimento populacional de Santa Maria está atrelado, por um lado, ao crescimento vegetativo e, por outro, aos movimentos

migratórios, que se intensificaram, principalmente, a partir de 1960. Esse crescimento populacional provocou o processo de expansão das áreas urbanizadas, especialmente em direção ao leste, em decorrência da instalação da Universidade Federal de Santa Maria (1960) e da Base Aérea (1970), e em direção ao oeste, em função do Distrito Industrial (1975). A menor expansão em direção ao norte está ligada às limitações impostas pelo relevo, enquanto, em direção ao sul, deve-se à existência de grandes áreas físicas pertencentes ao Estado (Exército).

No que se refere aos aspectos econômicos, Santa Maria possui uma economia centrada no setor terciário, com destaque para o comércio (atacadista e varejista) e para a prestação de serviços, sendo que o desenvolvimento dessas atividades foi favorecido pelas vias de circulação tanto rodoviárias quanto ferroviárias. Não há uma data precisa do início da atividade comercial na povoação de Santa Maria. Entretanto, Saint-Hilaire, ao passar pelo local em 1821, registrou que havia, na povoação, lojas bem montadas e que os arredores eram habitados por estancieiros que criavam gado e praticavam a agricultura. Os produtos agrícolas eram de consumo local, porém pequenas quantidades eram exportadas para a Capela de Alegrete (SAINT-HILAIRE, 1987). Brener (1995) efetuou registros mostrando que, no início do Século XIX, a capacidade produtiva dos santa-marienses já merecia destaque. Isso nos leva a crer que o comércio mais organizado teve seu início neste período.

Essa atividade intensificou-se a partir de 1828 com a chegada do 28º batalhão de estrangeiros (mercenários alemães), pois, após a baixa no exército, alguns se estabeleceram com casas comerciais ou fizeram um pequeno comércio ambulante. Em 1835, quando iniciou a Revolução Farroupilha, o comércio apresentava-se em pleno desenvolvimento; apesar das conseqüências desta revolução, o comércio não desapareceu. Outros imigrantes alemães vieram durante a revolução, até o final de 1845.

Em 1876, chegaram a Santa Maria os primeiros imigrantes italianos, que se dirigiram para Silveira Martins, colônia rural, onde se dedicaram à agricultura. Decorrido algum tempo, alguns vieram para a cidade e desenvolveram seu próprio comércio. Em 1889, com a implantação da ferrovia, Santa Maria transforma-se num

entrepasto comercial, servindo de elo entre a fronteira (Uruguaiana e Livramento), a região serrana (Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Passo Fundo) e a capital (Porto Alegre). Esse fato contribuiu para estimular o comércio por toda a zona urbana. No final do século XIX, chegaram judeus, sírios, libaneses, que imprimiram sua presença no comércio local. Foi dentro desse contexto que se formou o comércio local que ainda hoje é destaque na economia do município. Há que se reconhecer que, neste aspecto, Santa Maria tem na atualidade uma função regional importante.

Depois de um começo tardio, somente no final do século XIX, Santa Maria teve a primeira escola secundária (atual ensino médio), mas a partir de 1950, conheceu um crescimento expressivo até se tornar o principal pólo educacional do interior do Estado. A ampliação de acesso à educação ocorre na segunda metade do século XX, pois a importância educacional para o desenvolvimento humano passa por um processo longo até chegar à vida das pessoas e da sociedade. Reconhecidamente, Santa Maria tem seu crescimento e desenvolvimento relacionado à educação, em especial à Universidade Federal de Santa Maria. Além de um número crescente de escolas de ensino fundamental e médio, cursos preparatórios para o vestibular e instituições particulares de ensino superior.

A Universidade Federal de Santa Maria foi criada em 1960 e foi instalada solenemente em 18 de março de 1961. Ela é uma Instituição Federal de Ensino Superior que trouxe como consequência diversas transformações a partir da sua construção tornando Santa Maria num importante pólo de prestação de serviços com destaque para a educação em todos os níveis. A UFSM possui, hoje, em pleno desenvolvimento, cursos, programas e projetos nas mais diversas áreas do conhecimento humano. A Instituição mantém 58 Cursos de Graduação Presenciais, um Curso de Ensino a Distância e 53 Cursos de Pós-Graduação Permanentes, sendo 24 de Mestrado, 12 de Doutorado e 17 de Especialização. Além desses, realiza Cursos de Especialização, de Atualização, de Aperfeiçoamento e de Extensão em caráter eventual, atendendo diversificadas e urgentes solicitações de demanda regional.

O planejamento estratégico da UFSM, implantado a partir de 1998, levou a um expressivo crescimento de todas as suas atividades: ensino, pesquisa e extensão.

Outra consequência do planejamento estratégico foi a criação de um programa visando à inserção social e à equidade de acesso à educação superior, transformando ações existentes e criando outras.

O contingente educacional da UFSM é de 15.565 alunos (1º semestre de 2005) em cursos permanentes, distribuídos entre os três níveis de ensino, dos quais 11.687 são do ensino de Graduação, 1.885 do ensino de Pós-Graduação e 1.993 do ensino Médio e Tecnológico. O corpo docente é composto de 1.127 professores do quadro efetivo (Graduação, Pós-Graduação e Ensino Médio e Tecnológico) e 234 professores de contrato temporário; e o quadro de pessoal técnico-administrativo é composto por 2.546 servidores (dezembro de 2004).

A Universidade Federal de Santa Maria, criada por Mariano Filho, foi à primeira universidade instalada fora do eixo das capitais do estado no Brasil. A UFSM resultou de sua luta pela interiorização do ensino superior desencadeada em 1946, quando conseguiu, liderando e articulando um amplo movimento do interior do Rio Grande, incluir no texto da constituição estadual um parágrafo que transformava a Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul, através da anexação das faculdades situadas no interior: Farmácia de Santa Maria e Direito de Pelotas.

Já em 1970, foi criada a Base Aérea de Santa Maria, tornando-se num lugar marcante na paisagem local. Graças ao grande entrosamento que alcançou junto a comunidade, realiza anualmente dois grandes eventos destinados a atender ao público externo. A Base Aérea de Santa Maria é uma das bases mais operacionais e eficientes da Força Aérea Brasileira e vem se firmando como referência aeronáutica na região sul, tendo como função primordial o apoio aos esquadrões aéreos e unidades nela sediados.

Em dois séculos, Santa Maria tornou-se, de simples Acampamento Militar, um centro irradiador de educação e de cultura. Com a economia assentada no setor terciário (comércio e prestação de serviços), tem também na sua estrutura ocupacional o segundo maior contingente militar do País.

No setor de prestação de serviços, merecem destaque, além do educacional, as contribuições médico-hospitalares.

A crescente qualificação na prestação de serviços no comércio e indústrias de Santa Maria tem exigido profissionais cada vez mais qualificados na hora de preencher uma vaga no mercado de trabalho. Os empregos existem. Segundo dados do SINE, em Santa Maria, são aproximadamente 350 vagas. Faltam trabalhadores/as habilitados/as para exercerem as mais diversas funções e cargos que estão disponíveis.

Segundo a coordenadora do SINE, Laís Bueno¹, geralmente, num final de tarde de sexta-feira é mais de 70 o número de vagas oferecidas na agência centro (20% do total de empregos existentes na cidade) esperando por candidatos que se enquadrem nas necessidades procuradas pelos empregadores. Ela lembra que este é um número muito pequeno em relação ao universo de empregos oferecidos em Santa Maria. Também explicou que "existem as empresas que realizam processos próprios de seleção e também o emprego informal" (2005).

O setor que hoje mais oferece vagas em Santa Maria é o comércio. Em seguida, vem a prestação de serviços e, em terceiro, trabalhos domésticos. De acordo com a coordenadora do SINE, o principal requisito exigido pelo empregador é a qualificação (preparo) ao cargo pretendido: "o patrão quer saber se o candidato está preparado para executar a função disponível. A experiência já não está mais em primeiro lugar" (2005). Ela acrescenta que os candidatos, antes de preencherem uma ficha, devem estar cientes dos requisitos exigidos pela firma empregadora.

Existe, em Santa, Maria um leque de opções bastante variado de cursos profissionalizantes, e o próprio certificado de conclusão do ensino fundamental e médio e noções básicas de informática contam muito na concorrência.

¹ Entrevista concedida em 10/05/2005 à Vanessa Almeida Porto

2. ENTREGANDO O CURRÍCULO

Neste capítulo, procurei mostrar a temática, a justificativa e os objetivos da pesquisa e estabelecer as articulações existentes entre a Geografia, o Gênero e o Mercado de Trabalho, buscando aproximações com o propósito de compreender a problemática deste estudo.

A expansão da economia brasileira, a partir da década de 1970, ocasionou um acelerado processo de industrialização e um grande crescimento urbano. Esses acontecimentos permitiram que a mulher tivesse uma participação mais intensificada no mercado de trabalho. A inserção feminina, por sua vez, prosseguiu na década de 1980, caracterizada pela estagnação da atividade econômica e deterioração das oportunidades de ocupação. A partir da década de 1990, com o desenvolvimento da economia informacional e da globalização, ocorreram mudanças importantes nas relações de trabalho. O mercado exige cada vez mais trabalhadores/as qualificados/as, ao mesmo tempo em que também aumentam os níveis de

desemprego. Nesse mercado extremamente competitivo, a mulher conseguiu consolidar-se como força de trabalho, pois apresentava algumas das vantagens exigidas pelo atual sistema capitalista: qualificação e baixo custo.

Este cenário de mudanças também modificou a estrutura dos setores ocupacionais de mão-de-obra, especialmente após a intensificação do processo de globalização. Nesse sentido, o setor terciário da economia foi o que mais apresentou modificações.

A crescente expansão do setor terciário, fruto da modernização industrial e fortalecimento econômico, também consolidou a presença da mulher no mercado de trabalho. Dados da Organização Internacional do Trabalho¹ (OIT, 2005) indicam que o setor terciário apresentou intenso crescimento em diversos países (incluindo-se aí países desenvolvidos, países emergentes e países pobres). No Brasil, o setor terciário emprega o maior número de pessoas e movimenta grande parte da renda nacional. Nele, ocorre e consolida-se uma maior presença da mão-de-obra feminina.

As mulheres passam a exercer atividades mais diretamente articuladas com ocupações relacionadas aos serviços sociais e pessoais, cargos administrativos, além do comércio e prestação de serviços². Vários estudos como os desenvolvidos por Leone (1999), Santos e Silveira (2001) e Scott (2003) apontam que esses tipos de ocupações têm sido considerados como os espaços em que as mulheres possuem uma maior atuação, ou seja, maior concentração espacial da mão-de-obra. Já os homens, ao serem excluídos dessas atividades, concentram-se nos setores que requerem mais força física como as atividades ligadas ao setor primário ou mais intelectualidade como as atividades voltadas para a indústria tecnológica.

Essas mudanças ocorridas na estrutura ocupacional favoreceram a inserção da mulher num determinado setor do mercado de trabalho em relação aos homens, mas, ao mesmo tempo, a exclui de outros setores ocupacionais. Assim, a ampliação de atuação dos setores ocupacionais no mercado de trabalho para as mulheres não

¹ Nesses países, a Organização Internacional do Trabalho informa que há um aumento considerável dos serviços informais e do subemprego, também considerado como atividade do setor terciário.

² Considera-se como prestação de serviços atividades bancárias, transportes, saúde, educação e profissionais liberais.

só depende da continuidade do crescimento da economia, mas, principalmente, de outras instâncias políticas que permitam sua inclusão.

Tal observação permite perceber uma sexualização de setores ocupacionais do mercado de trabalho. Os setores destinados aos homens são diferentes dos destinados às mulheres. Elas e eles estão circunscritos em territórios diametralmente distintos. Essa topografia territorial confirma uma divisão do trabalho, segundo os sexos, numa sociedade globalizada, em pleno século XXI. Parece que há, assim, um lugar geográfico distinto para cada um. É nesse lugar que as práticas sociais e econômicas estão sendo exercidas de maneira discriminatória.

Essa bipolaridade ocupacional, segundo o gênero, no mercado de trabalho, cria códigos culturais que contribuem para legitimar relações trabalhistas desiguais entre si. Tal ação também define condições socioeconômicas diferenciadas. O predomínio do gênero masculino, no mercado de trabalho como protagonista, mostra que a atual divisão ocupacional dos setores econômicos continua a obedecer a uma ordem da sociedade moderna (Rossini, 2002).

Essa divisão busca evidenciar a diferenciação, a desigualdade entre homens e mulheres através de suas distinções biológicas e, assim, ao serem considerados como diferentes, eles devem naturalmente estar posicionados em distintas ocupações. A problemática não está só na distinção de lugares ocupacionais, mas como eles são valorizados dentro de uma ótica capitalista.

Estudos de Geografia sobre questões relativas ao gênero, como os desenvolvidos por Colombara (1995) e Rossini (2002), preocupam-se em analisar as desigualdades entre mulheres e homens no espaço onde circulam e como a idéia de dominação-submissão está incutida no gênero. A importância da Geografia em estudar as questões referentes a essa temática já era defendida por Colombara em 1995, ao comentar que

não se podem realizar trabalhos profundos e corretos sobre a Geografia da agricultura, transportes, política, habitação ou urbana, sem levar em conta o papel da mulher. Em alguns estudos geográficos, confunde-se o ponto de vista masculino com o ponto de vista global, e o mesmo é tomado como critério normativo para explicar os comportamentos espaciais. Daí então, a necessidade de se adotar uma postura diferente, na qual se considere a mulher como um componente importante e de interesse para o mundo geográfico (p. 215).

Nesse contexto, acredito que são relevantes os estudos que procuram examinar a inserção ocupacional da mulher no mercado de trabalho, tanto aqueles que a analisam como sujeito integrante da sociedade, como os que procuram mostrar a produção das profissões a ela atribuídas.

As oportunidades e os lugares de trabalho em Santa Maria/RS dão prosseguimento a essa racionalidade. Nos diferentes lugares de trabalho, seja no comércio, seja na agricultura, sempre é possível observar distintas formas ocupacionais: na maioria de suas lojas comerciais, nos mercados financeiros, nas prestações de serviços, as mulheres exercem atividades de submissão: são as balconistas, as atendentes. Os cargos de gerência, de serviços relacionados à eletricidade, à mecânica são dos homens. A atividade agrícola dá continuidade a isso, os tratoristas, os motoristas são homens, enquanto que a maioria das mulheres exercem atividades que não exigem o uso de tecnologia, mesmo que seja uma simples atividade de transporte dos produtos agrícolas.

Através das leituras realizadas, fui percebendo, com mais propriedade, a existência de uma divisão ocupacional no mercado de trabalho de Santa Maria/RS, a ponto necessitar compreender como ela se processa.

Diante disso, essa pesquisa teve como problemática investigativa discutir o direcionamento e a distribuição da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho de Santa Maria/RS, onde foram mapeadas suas configurações. Pretendi mostrar e discutir os lugares segregacionais da mão-de-obra feminina, analisando a posição ocupada pelas mulheres em determinados setores do mercado de trabalho.

Assim, busquei contribuir para o desenvolvimento de estudos de Geografia, mais especificamente, nas questões relativas ao gênero, a partir de olhares sobre as

oportunidades de trabalho apresentadas nas tabelas do Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (SINE/RS), publicadas no jornal Diário de Santa Maria/RS no ano de 2004³, através dos seguintes objetivos:

- ↳ Identificar e quantificar as oportunidades de trabalho destinadas a homens e mulheres;
- ↳ Comparar as relações existentes entre as oportunidades de trabalho, o sexo e a escolaridade exigida;
- ↳ Investigar os condicionantes que atuam para legitimar as desigualdades de gênero expressas no mercado de trabalho;
- ↳ Examinar como ocorre a segregação ocupacional, a partir das relações de gênero e suas configurações.

³ A escolha desta data é por ser o último ano com dados disponíveis a serem pesquisados. Lembro que minha pesquisa tem a intenção somente de estabelecer um exercício analítico de uma temática, não tem a pretensão de fazer um estudo histórico das dimensões dos focos analisados.

3. PERCURSO INVESTIGATIVO

Ao começar a desenvolver esta pesquisa, percebi ser necessário entender alguns conceitos e algumas teorias para compreender a problemática de estudo. Neste capítulo, procurei mostrar os lugares teóricos que percorri e como estabeleci o caminho das análises.

3.1. Inspirações Teóricas

Para a realização deste estudo, estabeleci aproximações com o campo da Geografia Cultural, mais especificamente, na vertente pós-estruturalista, a qual privilegia a discussão da produção de significados. Nesse sentido, essa perspectiva contribuiu para examinar as formas tradicionais de construção de significados através do gênero. Ancorada nessa perspectiva teórica, pretendi compreender a

identificação e a localização dos cânones que sustentam e consagram a sexualização das ocupações no mercado de trabalho, possibilitando questioná-lo.

Assim, o entendimento de cultura é fundamental para entender tais relações e sempre esteve presente desde os primeiros escritos geográficos, compondo o que comumente se denominou de “Geografia Humana”. Ao conjunto de trabalhos que priorizaram uma abordagem cultural na Geografia denominou-se Geografia Cultural, corrente que teve focos principalmente na Alemanha, na França e nos Estados Unidos.

A cultura, transcrita através dos meios e das técnicas utilizadas pelos diferentes grupos humanos estudados, era somada aos diferentes elementos físicos que, reunidos, compunham a paisagem como um conceito chave da Geografia.

Atualmente as atuais lentes fornecidas pela Geografia Cultural permitem verificar a influência humanística nos estudos geográficos, ao perceber o espaço como um lugar que possui significações. Assim, a ação humana não pode estar separada desse contexto, pois ela percebe o homem como produtor de sua cultura. Essa abordagem cultural contemporânea foi retomada nos estudos geográficos a partir de 1960, cujos início ocorreu com a Geografia Tradicional, mais precisamente pelos estudos realizados por Carl Ortwin Sauer, na década de 20 do século XX. A Geografia Tradicional diferencia-se da atual por perceber a cultura somente como algo material inscrito na paisagem. Seus estudos estavam voltados para a problemática das diferenciações culturais das paisagens do oeste e leste dos Estados Unidos.

O deslocamento teórico da Geografia Cultural contemporânea está mais voltado para outro entendimento de cultura. Claval (2001) afirma que

as transformações que começam a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970 repousa sobre uma mudança completa de atitudes e nasceu da contestação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. (p. 39)

Nessa perspectiva, segundo o autor, a Geografia Cultural busca interrogar-se sobre o significado da presença humana no mundo, a natureza, a sociedade e as paisagens por meio das quais essas entidades exprimem-se.

A partir de 1980, a Geografia Cultural introduz uma nova preocupação em suas análises, baseando-se na centralidade da cultura para explicar o espaço geográfico ao entender que os valores compartilhados culturalmente entre os povos produzem espaços geográficos diferenciados a partir disso. Eles não podem ser vistos somente como materiais visíveis da paisagem, mas valores que dão significados, que territorializam a economia, que dão sentido aos costumes e hábitos de vida. Claval (2000, p. 59) auxilia-me neste entendimento ao comentar que “aproximar-se da Geografia Cultural é, antes de mais nada, captar a idéia que temos do ambiente próximo, do país e do mundo. É se interrogar em seguida sobre a maneira como as representações são construídas, sobre o papel que provocam”.

Segundo Stuart Hall (2003), não existe nenhuma definição única e não-problemática de cultura, tornando-se um conceito complexo – um local de interesses convergentes, em vez de uma idéia lógica ou clara. Essa “riqueza” é uma área de contínua tensão e dificuldades no campo dos Estudos Culturais. O autor, em uma ênfase antropológica, apresenta uma definição de cultura, referindo-se às práticas sociais. É nesse contexto que a

teoria da cultura é definida como o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global [...] perpassada por práticas sociais, constituindo a soma do inter-relacionamento das mesmas. [...]. A análise da cultura é, portanto, a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos. (HALL, *op. cit.*, p. 136).

Tendo por base os argumentos defendidos por Hall, compreendo que cultura e identidades culturais são representações criadas a partir de símbolos e discursos. A formação de uma cultura contribuiu para criar-se um padrão universal de valores, significações e ideologias. Esses sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, e que todas as práticas

sociais expressam ou comunicam um significado. Nesse sentido, são práticas de significação. Portanto, analisar a cultura começa com a descoberta dos padrões característicos subjacentes a todas as práticas sociais.

Alio-me também, nesta pesquisa, às contribuições dos Estudos Feministas recentes, recorrendo a autoras e autores cujos trabalhos estão relacionados à perspectiva pós-estruturalista de análise, por entender que esses estudos têm aberto possibilidades significativas para compreensão dos processos de construção de significados sob a ótica das relações de gênero.

O pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer idéia de homogeneidade, singularidade ou unidade. Surge como uma contraposição ao estruturalismo¹. Peters (2000) comenta que os pensadores pós-estruturalistas desenvolveram formas peculiares e originais de análise (gramatologia, desconstrução, arqueologia, genealogia, semioanálise), com freqüência, dirigidas para a crítica de instituições específicas, como a família, o Estado, a prisão, a clínica, a escola, a fábrica, as forças armadas, a universidade e até mesmo a própria filosofia, bem como para a teorização de uma ampla gama de diferentes meios, tais como a leitura, a escrita, o ensino, a televisão, as artes visuais, as artes plásticas, o cinema, a comunicação eletrônica.

Os pensadores pós-estruturalistas enfatizam que o significado é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto, questionando, portanto, a suposta universalidade das chamadas "asserções de verdade". Foucault (1999) vê a verdade como o produto de regimes ou gêneros discursivos que têm seu próprio e irreduzível conjunto de regras para construir sentenças ou proposições bem formadas.

A perspectiva histórica a qual compartilho nesta análise não pretende, portanto, explicar o presente a partir de dados do passado, mas problematizar situações

¹ De forma mais geral, Peters (*op. cit.*) afirma que o termo pós-estruturalismo é um rótulo utilizado na comunidade acadêmica de língua inglesa para descrever uma resposta distintivamente filosófica ao estruturalismo que caracterizava os trabalhos de Claude Lévi-Strauss (antropologia), Louis Althusser (marxismo), Jacques Lacan (psicanálise) e Roland Barthes (literatura). O pós-estruturalismo pode ser exemplificado pelo trabalho de Jacques Derrida, Michel Foucault, Julia Kristeva, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze, Luce Irigaray, Jean Baudrillard, entre muitos outros.

através das quais os sujeitos “se constituíram como tais, ou seja, como ganharam visibilidade, como podiam e deviam ser pensados” (FOUCAULT, 1994, p. 15).

Os estudos feministas, principalmente aqueles alinhados à perspectiva pós-estruturalista, constituem-se, portanto, no eixo norteador da análise por entendê-los como significativos para a compreensão de muitos dizeres produzidos na sociedade. Tais ditos, imbuídos de um estatuto de verdade, são ora aceitos, ora ressignificados ou mesmo rejeitados. A esse respeito, Foucault (1992) observa que a sociedade produz e faz circular conhecimentos que funcionem como verdade, de forma a afetar substancialmente a constituição de sujeitos, subjetivados por tais ditos.

A escolha dos lugares teóricos para o processo investigativo inscreve marcas na escritura do texto. Tal opção dá uma configuração e demarcação no modo de estruturá-lo. Para Costa (1996, p. 10), “não importa o método que utilizamos para chegar ao conhecimento; o que de fato faz diferença são as estratégias que podem ser formuladas dentro de uma ou outra maneira de conceber as relações entre saber e poder”.

Imbuída por essa perspectiva, construí um percurso investigativo que apresente como característica a inseparabilidade entre a construção do objeto, o referencial teórico e o exercício analítico. Assim, pretendo estabelecer discussões teóricas, segundo determinados autores e autoras, como condutores de argumentos à medida que as análises exigiram. Com isso, algumas ferramentas teóricas foram sendo incorporadas, enquanto outras foram abandonadas ao longo da construção da pesquisa. No entanto, algumas permaneceram durante toda a elaboração, por serem os fios condutores para as discussões que se estabelecerão. Entre elas: gênero² e discurso.

O entendimento de gênero dá-se a partir de construções culturais que posicionam modos de ser e lugares de circulação para mulheres e homens. O estudo de gênero torna-se uma ferramenta útil segundo Scott (2003), por ser capaz de

² Neste momento só mostro a importância do estudo de gênero para esta pesquisa. No Capítulo 3, apresento com mais propriedade uma discussão de seu entendimento.

oferecer um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (...) ele coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (p. 75).

E por discurso compreendo tudo aquilo que tem o efeito de fazer com que a realidade torne-se o que ele diz que ela é ou deveria ser. Para Foucault (1997), o discurso, por ter essa capacidade de fabricar realidades sobre o que é dito sobre as coisas, passa a ter efeito de verdade. Refere-se também a este termo como um conjunto de enunciados de um determinado saber articulados entre si. Saberes estes que são historicamente construídos em meio a disputas de poder.

Os discursos, na perspectiva foucaultiana, não devem ser entendidos como meros “conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos que falam” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 56). Compartilho da compreensão de Tonini (2002, p. 28) a qual, partindo da concepção foucaultiana, compreende discurso “não apenas como uma designação de signos e significados às coisas, remetendo ao que se descreve, mas como um processo de relações e práticas sociais, que produzem sentidos”.

A análise discursiva de Foucault não se vai exercer na forma de uma interpretação, de uma análise do sentido das palavras. Ela visa descrever aquilo que é efetivamente dito, mas do ponto de vista da sua existência, visando questionar palavras que são ditas, que estão ditas. Segundo Foucault (1997), em *A Arqueologia do Saber*, a análise do discurso

é referente às performances verbais realizadas, visto que as analisa ao nível da sua existência: descrição das coisas ditas, na medida em que, precisamente, elas foram ditas. A análise enunciativa mantém-se fora de qualquer interpretação: às coisas ditas ela não pergunta aquilo que escondem, o que nelas e apesar delas estava dito, o não-dito que recobrem, a abundância de pensamentos, de imagens ou de fantasmas que as habitam; mas pelo contrário, [pergunta] segundo que modo é que elas existem, o que é que é isso de se terem manifestado, de terem deixado marcas e, talvez, de terem ficado ali, para uma eventual reutilização; o que é que é isso de terem sido elas a aparecer - e não outras no seu lugar (p. 143).

E são justamente essas as perguntas que permanecem mesmo que possamos dizer disso, disso que foi dito, que quer dizer aquilo - na verdade, sabemos que, “de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais do que elas próprias” (*op. cit.*, p.144); e permanecem mesmo que possamos especificar muito bem como é que foi dito, e até as ações feitas ao dizer - sabemos também que “um mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos, e a várias construções possíveis” (*Ibid.*), e a várias ações; mesmo assim, todos estes sentidos, todas essas possibilidades de dizer e de fazer que atravessam as coisas ditas, tudo isso supõe, já, precisamente, a existência das coisas ditas. E permanece inalterado, é a base tanto do que é dito quanto dos seus sentidos, dos seus modos de enunciação, das suas ações.

Foucault ainda supõem que em toda sociedade, a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem por papel exercer de maneira privilegiada alguns dos seus mais temíveis poderes. Além disso, Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1999), comenta que “O discurso não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; [...]; o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorar-nos”.

Dentro dessa perspectiva, compreendo que discurso e poder estão intrinsecamente ligados, uma vez que o poder é exercido a partir de pontos inumeráveis, sendo concomitantemente intencionais e não subjetivos. Portanto, o poder necessita de uma análise. A partir dele é possível compreender os processos que determinam a forma das relações, pois o discurso manifesta-se num campo de poder.

“O poder visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas”. A definição de poder proposta por Raffestin (1993, p. 58) mostra a dimensão e a natureza do poder. Em toda relação, há um ponto de surgimento de poder, e sua intencionalidade revela e exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações. O poder é exercido e fundamentado pela necessidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho, a natureza que os circunda e suas

próprias relações sociais. Essas transformações ocorrem pela inovação técnica, social, cultural, econômica.

O poder, portanto, enraíza-se no trabalho. Segundo Raffestin (1993)

é verdade que a relação de poder é intencional e não subjetiva, uma vez que a transformação pelo trabalho não se concebe sem uma intencionalidade, e que a não subjetividade é evidente, pois o trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo dá significado ao sujeito (p. 56).

O poder, nessa perspectiva, nem sempre pode ser visto como algo negativo, que apenas reprime, já que possui um caráter produtivo, que incita, faz, produz.

Para este estudo, busquei primeiramente o discurso nos valores expressos pelos dados numéricos das oportunidades de emprego para homens e mulheres. Compartilho do entendimento de Tonini (2002), sobre o número como não

apenas um valor em si, ele produz uma maneira de dar sentido à política de construir significados. Essa forma de construir uma verdade incorpora conjuntos de cálculos. O rótulo do número está conectado a relações de poder, pois é a partir dessa relação que os valores são ordenados. Os valores que observamos nas tabelas dos órgãos responsáveis pelos censos não são simples números, mas valores capturados em uma grade que produz um saber sobre eles. (p.44)

Isso me possibilitou a perceber o número como um discurso, por entender que, além de possibilitar melhor visualização e fixação do valor de verdade que ele veicula, carrega um conjunto fundamental de princípios organizadores.

Os dados numéricos deste estudo indicam que as oportunidades de emprego para as mulheres divulgam um saber sobre o lugar delas no mercado de trabalho, quais as profissões que para elas estão sendo endereçadas. A partir dessa perspectiva, é possível estabelecer inúmeras articulações com as informações apresentadas pelos números. Todas elas estão conectadas a significados culturais

que circulam na economia capitalista contemporânea que ainda segrega o mercado de trabalho pelo gênero.

Nesse entendimento, se os números de oportunidades e os lugares para onde estão destinados são legítimos, aceitos como verdadeiros, eles estão se materializando, exercendo poder. Enquanto eles não forem questionados e contestados não serão deslocados para outras profissões e nem os percentuais de oportunidades serão alterados. Isso mostra que tudo são construções discursivas que ocorrem dentro de uma determinada cultura, portanto podem ser desconstruídas, desmanchadas, destramadas.

São inúmeros os documentos oficiais, por exemplo, a Constituição Brasileira, as Leis Trabalhistas, os Códigos Civis, o Programas Nacional do Livro Didático que apresentam claramente a questão da discriminação no que se refere ao gênero. No entanto, os dados estatísticos apontam para a continuidade dessa lógica perversa. Onde está a força dessa continuidade? Como é possível sua permanência com tantas instituições tentando apagá-la?

Em cada sociedade, há lugares diferenciados para homens e mulheres no mercado de trabalho. São lugares criados por valores culturais. Sua aceitação faz com que dê sua continuidade e naturalização. De maneira geral, na sociedade ocidental, o gênero é um divisor para o tipo de trabalho que deve ser exercido pelo homem e pela mulher. No entanto, nas sociedades hinduístas, por exemplo, a diferenciação não é tão forte na questão de gênero como entre suas classes sociais. Isso evidencia uma construção cultural e não biológica.

Então, o poder será exercido de maneiras diferenciadas em cada cultura, direcionando suas flechas a partir dos valores culturais de cada sociedade. Isso possibilita estabelecer ramificações capilares que vão organizando tempos e espaços diferenciados entre homens e mulheres. São estratégias minúsculas que percorrem em todos os lugares, seja em forma de oportunidades de emprego, seja em indicadores percentuais. Ele se ocupa não somente da ausência da oportunidade de trabalho como da segregação socioeconômica que dela advém. De modo que o poder deve ser visto como relacional, ao funcionar como uma

maquinaria que dissemina por toda a estrutura social e está diretamente envolvida na produção dos discursos. Como salienta Foucault (1992), em qualquer sociedade

existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade, que funcione dentro e a partir dessa dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdades. (p. 179-80).

Assim, ancorada por esses fios condutores, examinei as oportunidades de trabalho por gênero, procurando entender seus direcionamentos, seus pontos de parada, suas marcações.

3.2. Material empírico

O que pretendo com este estudo é investigar como as oportunidades de emprego no mercado de trabalho de Santa Maria/RS segregam as mulheres, a partir de informações publicadas no jornal Diário de Santa Maria durante as segundas e quintas-feiras do ano de 2004, as quais veiculavam as oportunidades de emprego oferecidas pelo SINE/RS³.

Uma das maiores dificuldades que encontrei para a realização deste estudo foi a busca pelos dados que seriam analisados ao longo do trabalho. Primeiramente selecionei como *corpus* de análise as tabelas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNADs, de 2003, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Essas, porém, tiveram de ser abandonadas, pois as informações contidas não

³ O Sistema Nacional de Emprego – SINE - foi instituído pelo Decreto N.º 76.403, de 08.10.75 e ratificado na Constituição Federal de 1988, Artigo 22, Inciso XVI. O SINE tem como Coordenador e Supervisor o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Sua criação fundamenta-se na Convenção N.º 88 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da organização do Serviço Público de Emprego, ratificada pelo Brasil. Atualmente o SINE é denominado de Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS).

permitiram encontrar focos relevantes que viabilizassem tal pesquisa, e o acesso a outras informações que poderiam possibilitar a coleta de dados não foi viabilizado por este órgão público.

Diante dessa impossibilidade, novamente foi necessário buscar outros locais que possibilitassem dar prosseguimento à pesquisa. Várias tentativas foram buscadas junto a órgãos municipais como a Câmara da Indústria e Comércio de Santa Maria (CACISM), a Secretaria da Indústria e Comércio, o Ministério do Trabalho e o próprio SINE. As informações dadas eram as mesmas; toda vez que se buscavam dados sobre a distribuição da população feminina e masculina, as respostas afirmavam que não havia esses números referentes a Santa Maria.

Todos esses obstáculos levavam-me a constantes indagações e questionamentos sobre se realmente inexisteriam as informações que eu procurava ou o descaso em fornecer esses dados era mais forte.

Fui insistentemente ao SINE, e a resposta era sempre que pelo programa (software utilizado) no qual as informações eram armazenadas não era possível fornecer tais dados, bem como a sistemática adotada para o recrutamento da mão-de-obra não permitia a distinção entre os sexos. Muitas vezes cheguei a pensar que a relação sexo e vaga não existia, parecia que o mercado de trabalho não fazia mais distinção sexual para as ocupações. Mas sempre me lembrava que as leituras, os estudos, as pesquisas de diversas autoras e autores apontavam para sua materialidade. Assim, continuei na minha busca.

Foi, então, a partir da leitura do jornal Diário de Santa Maria, já no ano de 2005, que encontrei, na seção Dia-a-Dia⁴, um quadro contendo as oportunidades oferecidas pelo SINE, que permitiam verificar que as informações que me eram passadas pelos coordenadores do SINE não estavam totalmente iguais às que estavam circulando nas tabelas veiculadas no jornal, pois uma das principais atribuições feitas às vagas estava relacionada diretamente ao sexo, estabelecendo como critério para ocupação a distinção feminina ou masculina como requisito.

⁴ As informações publicadas nesta seção são gratuitas.

Diante de todas as dificuldades encontradas tanto pelo acesso às informações como pelo prazo de entrega da Dissertação, escolhi como *corpus* de análise as tabelas veiculadas pelo jornal. Pode primeiramente parecer uma escolha rápida ou simplificada, mas, no decorrer da busca pelos dados, das seleções dos focos de análises e, principalmente, como lugar principal de procura de oportunidade de emprego por parte da população menos privilegiada economicamente, essa escolha foi tomando corpo, foi mostrando o quanto importa um olhar sobre ela.

No ano de 2004, o SINE de Santa Maria disponibilizou 688 oportunidades de emprego. Ele tem a finalidade de contribuir para uma melhor adequação das pessoas ao mercado de trabalho através de suas ações, ao disponibilizar um conjunto de ações voltadas para garantir a sobrevivência do trabalhador, durante o tempo de procura de um novo emprego, através do cadastramento e encaminhamento para emprego e do atendimento do seguro-desemprego. Um outro conjunto de ações contribui para as condições de inserção (re-inserção) dos trabalhadores no mercado de trabalho, através do encaminhamento para cursos de qualificação profissional e estímulo aos projetos voltados para a geração de emprego e renda. A Tabela 2 apresenta dados sobre as oportunidades de emprego divulgadas pelo SINE no ano de 2004.

Tabela 2 – Oportunidades de emprego em Santa Maria em 2004.

Oportunidades de Emprego em Santa Maria:

- ↪ O SINE disponibilizou 688 vagas de emprego durante o ano de 2004.
- ↪ 413 vagas foram oferecidas ao sexo masculino.
- ↪ 154 vagas foram oferecidas ao sexo feminino.
- ↪ Existiram também 121 vagas sem nenhuma especificação de sexo nem escolaridade.
- ↪ 311 vagas foram disponibilizadas conforme nível de escolaridade.
- ↪ Do total de vagas, 377 não apresentavam especificação de nível de escolaridade.

Fonte: SINE, 2004.

A partir da Constituição Federal de 1988, foram disponibilizados instrumentos que vêm sendo utilizados pelo Governo Federal para a intervenção no mercado de trabalho. O mecanismo propulsor dessa intervenção é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Os recursos financeiros que mantêm o SINE são provenientes do FAT e repassados aos Estados e municípios através de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego. Os Estados participam com contrapartida estadual. Os recursos do FAT são investidos na reformulação e implementação de políticas que têm como foco central a promoção de novos postos de trabalho e financiamento de programas que visem ao incremento da empregabilidade do trabalhador.

Em resposta a essas atribuições, o SINE disponibiliza gratuitamente os seguintes serviços:

- ↳ Intermediação de mão-de-obra;
- ↳ Seguro-Desemprego;
- ↳ Qualificação Profissional e Geração de Emprego e Renda;
- ↳ Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- ↳ Informações sobre o Mercado de Trabalho;
- ↳ Programa Primeiro Emprego.

Dentre todas essas atribuições, este estudo está direcionado para ação de informações sobre o Mercado de Trabalho.

O período analisado foi o ano de 2004. Outra dificuldade encontrada foi quanto à localização do acervo destes jornais. Fui então buscar essas publicações junto à sede do jornal, onde, para minha surpresa, não havia um arquivo para consultas. Parecia escapar mais uma tentativa.

Procurei na Biblioteca Central da UFSM e não tive sucesso, fui informada de que após o término do ano, os jornais do ano anterior são jogados fora por falta de espaço físico para guardá-los.

Então, onde eles poderiam estar? De tantas idas e vindas, encontrei os exemplares selecionados junto à Casa de Cultura, no Arquivo Municipal.

Analisei todos os jornais de 2004, porém outro problema surgiu: nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro, não foram publicadas tais informações em nenhum dia, retornando apenas a partir do mês de outubro até o final do ano⁵.

Dessa forma, selecionei as tabelas dos meses disponíveis para a construção dos meus dados para análises. Foi encontrado um total de 48 tabelas (em anexo), publicadas nas segundas e quintas-feiras dos meses disponibilizados, conforme a Figura 2.

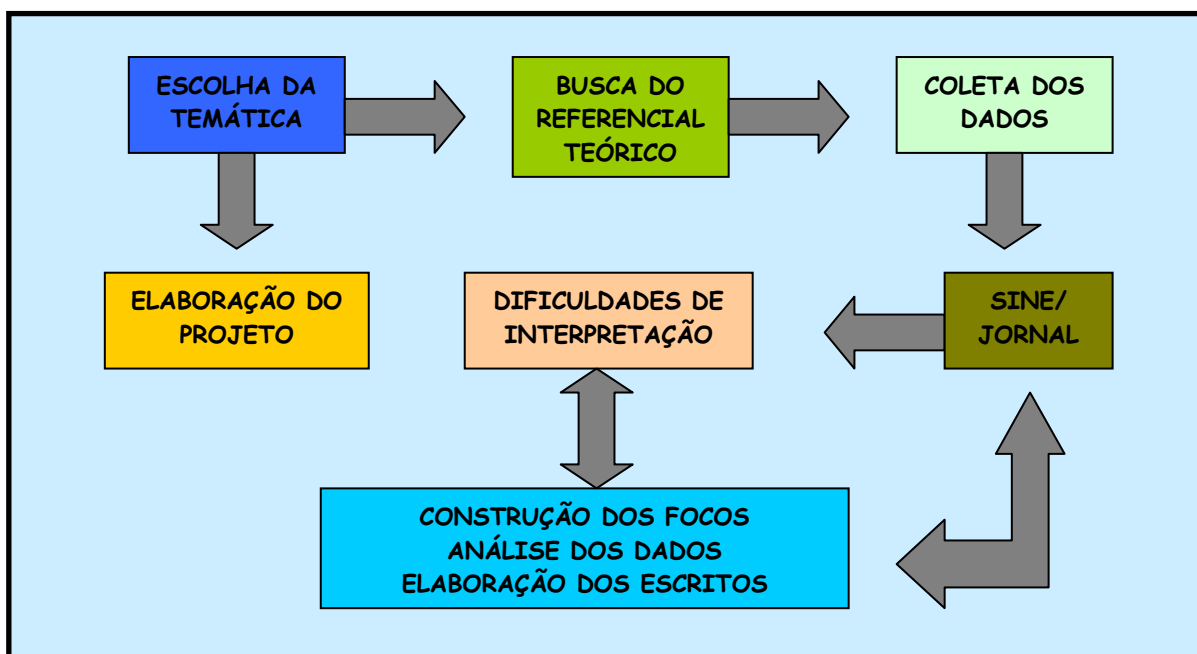
⁵ Apenas em janeiro, fevereiro, março, abril, outubro, novembro e dezembro foram encontradas informações relacionadas às oportunidades de emprego.

INSERIR CALENDÁRIO

Também pude perceber mudanças na estruturação dessas informações, pois, nas tabelas veiculadas no primeiro semestre de 2004, havia uma informação referente à escolaridade exigida para cada ocupação; a partir do segundo semestre, no entanto, essas informações foram substituídas por algumas observações para preenchimento de tais vagas.

A realização da análise foi estruturada através de etapas descritas a seguir. Na Figura 3, apresento o caminho percorrido, esquematizando e mapeando as etapas deste estudo.

Figura 3 – Diagrama do percurso investigativo deste trabalho de pesquisa.



Org.: PORTO, Vanessa Almeida

No primeiro momento, fiz o levantamento dos dados com a finalidade de construir um objeto de pesquisa. Concomitantemente, realizei as leituras para questionar e entender meus achados.

No segundo momento, procurei definir quais seriam os focos de análises que constituíram a pesquisa. A escolha foi feita para aqueles que endereçam uma maior

regularidade da sexualização espacial dos setores ocupacionais no mercado de trabalho.

No terceiro momento, realizei a espacialização dos dados, por dimensões analíticas, através da elaboração de gráficos e/ou tabelas para melhor entender o direcionamento do objeto estudado.

No final, discuti a problemática pesquisada com a intenção de compreender a estrutura ocupacional do mercado de trabalho em Santa Maria/RS, no ano de 2004, sob a perspectiva de gênero.

4. APRESENTANDO A QUESTÃO DE GÊNERO

A trajetória que trilhei pretendeu mostrar como e onde aprendi a entender questões relativas ao gênero e como ele constrói a identidade dos sujeitos. Foi a partir desse aprendizado que comecei a construir minha problemática de pesquisa. Neste capítulo, apresento a trama tecida pelos movimentos feministas e os estudos de gênero, principalmente no Brasil, e o papel do gênero na constituição de identidades. Nestes escritos, saliento a idéia do feminismo enquanto movimento social e suas contribuições para os estudos de gênero.

4.1. A questão de Gênero

O trabalho feminino, sua evolução, mudanças e persistências vêm sendo bastante analisados nas últimas décadas no âmbito nacional e mundial, segundo estudos realizados por Rossini (2002) e Leone (1999). No Brasil, os principais

processos de mudanças, tais como o aumento da participação e a continuidade da concentração do emprego no setor terciário, têm acontecido de maneira regular. No entanto, alterações no maior acesso das mulheres em ocupações de maior qualificação continuam acontecendo de maneira muito desigual em relação aos homens.

Desde os anos oitenta do século XX, é crescente a inserção das mulheres em diversas atividades no mercado de trabalho, mesmo que a maternidade ainda afete as taxas de participação para as mais jovens. Esse cenário configurado a partir dessa década persiste até o momento presente. No entanto, percebo continuar¹ a existir, em pleno século XXI, um *santuário profissional* privilegiando determinados setores ao mundo masculino. Isso contribui para a sexualização das ocupações no atual mercado de trabalho.

A história mostra-nos que a atividade ocupacional no mercado de trabalho definida para a mulher sempre foi determinada em oposição à dos homens. A partir dessa bipolaridade ocupacional, criaram-se códigos culturais que contribuem para legitimar relações desiguais, tanto no rendimento, quanto na hierarquia profissional existente entre eles.

A bipartição ocupacional entre o gênero é reforçada e produzida quase sempre a partir da diferença sexual. Parece que essa divisão está pautada na construção de diferenças ancoradas na natureza biológica. Para Tonini (2002), o acionamento dessa estratégia está articulado à história do mundo ocidental, em que as instituições familiares, políticas e econômicas estabeleceram marcas de diferenças biológicas para destinar quais setores da economia mulheres e homens devem ocupar.

Neste estudo, a diferença entre os corpos é o que menos importa. A preocupação está em questionar que tipo de ocupação no mercado de trabalho é destinada à mulher e ao homem, a partir dessas diferenças.

Para Louro (1997), esse entendimento é visto como sendo

¹ Estabeleço esta continuidade e analogia da expressão utilizada por Perrot (1998): *santuários medievais*, ao referir-se a determinadas ocupações exclusivas ao mundo masculino no período medieval: militar, política e religiosa.

necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (p. 21).

É na idéia biologicista² de gênero, que circula na economia capitalista, que está sendo dada a continuidade da desigualdade financeira entre o feminino e o masculino. A Geografia, ao desenvolver estudos de gênero, auxilia na desconstrução da idéia de que a mulher e o homem, por serem distintos física e biologicamente, devem ser tratados ou vistos como desiguais em suas capacidades ocupacionais no mercado de trabalho. A mulher pode desempenhar funções tão bem quanto o homem. Como diz Louro (1997), “seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem científica, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender – e justificar – a desigualdade social” (p. 21).

Então, tentar quebrar essa corrente, que mostra de maneira deturpada as capacidades e as distinções entre o feminino e o masculino, em que o diferente (do masculino, no caso) é considerado menos, sendo dependente ou submisso a esse, é uma causa relevante que merece todas as atenções e esforços, principalmente da Geografia, para mostrar que as desigualdades constituídas são discursos culturais que servem para reafirmar a superioridade de um sobre o outro.

Ao longo da história e de acordo com o contexto em que são utilizadas ou interpretadas, as palavras adquirem diversas significações. A palavra gênero, segundo Scott (1995), pode ser considerada como um bom exemplo, já que seu significado, em dicionário da língua portuguesa, não está relacionado ao sentido ao qual venho me apropriando. Está porém, relacionado à forma de refletir sobre a construção social do masculino e do feminino.

O termo gênero passou a ser utilizado, como já escrito anteriormente, entre as feministas estadunidenses primeiramente, que queriam justamente enfatizar o

² O discurso biologicista enfoca as diferenças entre homens e mulheres a partir de sua distinção física, evidenciando marcadores biológicos como, a fragilidade feminina ou ainda suas características reprodutivas.

caráter fundamentalmente social das distinções estabelecidas sobre o sexo. O gênero tornou-se, assim, uma forma de indicar construções sociais, sendo o corpo sexuado e biológico uma justificativa para as identidades subjetivas dos homens e das mulheres dentro de cada cultura (SCOTT, 1995).

Esse conceito começou a ser introduzido nessa perspectiva, baseado na possibilidade de modificações nos relacionamentos sociais, abrindo caminho para uma maior igualdade entre o feminino e o masculino, já que, nessa visão, há uma rejeição em relação ao determinismo biológico camuflado no uso de termos como diferença sexual, não concebendo o estudo dos sexos³ individualmente, mas na reciprocidade entre eles. O termo gênero, neste estudo, designa as construções culturais e as relações sociais entre homens e mulheres.

O uso da categoria gênero deu-se em virtude da rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Além disso, implica perceber também que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles pode ser alcançada por estudo separado (SCOTT, 1995).

Atualmente ainda persiste a diferença entre os sexos, sendo explicada pela distinção biológica em muitos campos e contextos sociais. Essa distinção tem servido, muitas vezes, para legitimar as desigualdades sociais.

Durante muito tempo, a mulher foi considerada inferior ao homem, idéia baseada na tese biologicista, na qual Andrade (2002) afirma que as feministas perceberam que as desigualdades eram produtos de construções culturais, ou seja, dos significados que foram atribuídos às diferenças sexuais, nas diferentes sociedades e culturas.

Nesse sentido, acredito que não são as características sexuais que servem para definir e justificar a desigualdade social entre homens e mulheres, e sim, tudo o que se diz e o que se pensa sobre essas características. Esse pensamento é que vai realmente construir o que é o masculino e o feminino em uma sociedade, num determinado tempo histórico. Assim, percebo que o conceito de gênero possibilita

³ Entender a diferença existente entre sexo e gênero é fundamental, pois, de acordo com Louro (1997, p. 22), “é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros”.

entender como as características sexuais são compreendidas e representadas nas práticas sociais.

Nessa perspectiva, com este estudo, busquei entender os mecanismos dessa teia, construída ao longo de séculos, apontando instrumentos para rompê-la e caminhos novos para trilhar após desatá-la.

Para alcançar tais objetivos, é necessário estar envolvida em um novo olhar, o olhar de gênero, ou seja: olhar homens e mulheres não como resultados naturais de sua determinação sexual, mas como fruto de construções sociais, de processos educativos diferenciados, de teorias que insistam em caracterizá-los como superior/inferior, destinados, pela própria natureza, a papéis totalmente diferenciados.

4.2. O Gênero como constituidor de identidades

Para tanto, é preciso entender o gênero a partir de sua característica social e relacional, não somente na dimensão de aprendizado de papéis masculinos e femininos, mas como constituintes da identidade dos sujeitos.

Alguns autores e autoras que se aproximam dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais têm concebido a identidade de forma ampla, como um processo flexível, plural. Stuart Hall (2004) critica o conceito de identidade marcadamente fixa, unificada e estável, ao defender que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós, há identidades contraditórias, empurrando-se em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Stuat Hall (2003) explica que

a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida⁴, resultante de formações históricas específicas e repertórios culturais de enunciação específicos, que ela pode constituir um “posicionamento”, ao qual nós podemos chamar provisoriamente de identidade. [...]. Portanto, cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos que viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades (p. 433).

Atualmente essas identidades que asseguravam nossa conformidade subjetiva estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. Hall (2004) analisa a questão da crise de identidade da sociedade pós-moderna, afirmando que “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (p. 12).

Esse processo conceitualiza o sujeito como não tendo uma identidade fixa⁵, essencial e permanente, formada e transformada pelas relações e representações dos sistemas culturais que nos rodeiam. Torna-se, dessa maneira, uma identidade definida historicamente, em diferente momentos históricos, muitas vezes contraditórios.

Essa tradução cultural nunca se completa, apresentando-se então de maneira híbrida. Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identidade pode ser obtida ou perdida, tornando-se politizada.

Na perspectiva da Geografia Cultural, os sujeitos posicionam-se em múltiplas identidades, transitórias e até mesmo contraditórias, de acordo com os diferentes

⁴ Hommi Babha (1997, *apud* HALL, 2003) define hibridismo como um “momento ambíguo e ansioso [...] de transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo [...] e insiste em exibir [...] as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidades, as disjunções de poder ou posição a serem contestadas; os valores éticos e estéticos a serem “traduzidos”, mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência” (p. 75).

⁵ Stuart Hall (2004) comenta que “em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (p. 39).

grupos em que se desdobram. Essas identidades não são fixas nem permanentes, mas são transformadas continuamente. Assim, o sujeito assume identidades diversas em diferentes momentos.

Nesse sentido, Andrade (2002) afirma que

essa concepção de identidade é importante no contexto dos estudos pós-modernos que argumentam que as identidades da modernidade estão sendo descentradas, fazendo surgir novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado e estável (p. 93).

A identidade de gênero é construída ao longo da vida inteira. Segundo Colombara (1995, p. 219), “o gênero é a construção cultural do sexo biológico”. Sua definição dá-se pela oposição em relação ao outro. A diferença de gênero é estabelecida numa arena cultural, a qual posiciona, estabelece, caracteriza e identifica o modo de vida de cada um. Ela ocorre no confronto de seus pares.

Nesse sentido, não é somente pela diferença biológica entre os sexos que a diferença de gênero emerge. A sociedade tem utilizado, na maioria das vezes, a diferença biológica para estabelecer a diferença de gênero. Deve-se considerar a construção de gênero como processo de mútuas definições, estabelecidas culturalmente. Essa estratégia biológica é que faz surgir os privilégios e dominações de um gênero (masculino) sobre o outro (feminino). Isso resulta na naturalização da desigualdade socioeconômica, ou seja, parece ser normal que as mulheres ocupem lugares menos privilegiados que os homens.

Para Scott (1995), os papéis referentes a “ser homem” e “ser mulher” não derivam de fatores naturais. Eles têm sido construídos e modificados socialmente através dos diferentes períodos e das diferentes conformações sociais. Com o objetivo de deixar explícito o caráter social das distinções fundadas no sexo e de rejeitar o determinismo biológico, as feministas estadunidenses adotaram, na década de 70, o conceito de gênero.

Segundo Meyer (2003, p. 17) “o conceito de gênero também acentua que, como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicas, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade”.

Assim, conforme o entendimento de Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Nesse mesmo sentido, também Lobo (1991) afirma que o gênero pode ser definido como sendo uma relação social-histórica, que implica relações de poder e que atravessa o tecido social.

Nesse sentido, segundo Louro (1998, p. 89), “as identidades de gênero são construídas socialmente, elas estão sempre referidas às representações que um dado grupo faz de feminino e de masculino”.

Historicamente, os vários modelos socioeconômicos das sociedades sempre posicionaram a mulher no lugar de subordinação. Essa posição continua a contribuir para a atual conjuntura de resistência e mudanças, quanto ao papel e posição da mulher na sociedade – de ocupante, exclusivamente, do espaço privado.

A considerável transformação econômica trazida pela globalização ainda não aceita a posição da mulher como sujeito no espaço exterior ao lar. É preciso romper o conservadorismo histórico, em que a mulher é envolta em sua invisibilidade, produzida por inúmeros discursos (LOURO, 1997). Parece que essa visão ainda não está em pauta neste atual mundo globalizado.

Desde séculos anteriores, camponesas e trabalhadoras exerciam atividades fora do lar, em lavouras, principalmente, e, logo após, em oficinas e fábricas, em consequência da Revolução Industrial e da 2ª Guerra Mundial, mas suas posições, prioritariamente, no mercado de trabalho, eram de subordinação profissional em relação aos homens. As poucas que escapavam sempre foram vistas de maneiras pejorativas, tanto pelos olhares masculinos, quanto pelos femininos.

Atualmente é possível perceber que as mulheres têm, aos poucos, começado a ocupar o espaço público, como lojas, escritórios, escolas, hospitais, mostrando sua

igualdade de capacidade como mão-de-obra. No entanto, a discriminação continua ao posicioná-las em setores ocupacionais que não requerem maior qualificação e nem apresentam as mesmas condições econômicas destinadas aos homens.

Sendo assim, percebo que o gênero refere-se às relações sociais de sexo, historicamente construídas e que perpassam as demais relações sociais. A discriminação de gênero ocorre a partir das características que foram sendo construídas como pertencendo a determinado sexo. No mercado de trabalho, essa discriminação pode ser verificada, dentre outros indicadores, pela existência de desigualdades salariais entre homens e mulheres, mesmo quando exercem a mesma atividade e possuem a mesma qualificação.

Tudo isso faz com que a identidade feminina, no mercado de trabalho, seja marcada, posicionada com os seguintes referentes: *menor qualificação, baixa remuneração, cargos submissos*.

4.3. Movimentos sociais e relações de Gênero

O encontro gênero/movimentos sociais é bastante recente, já que os movimentos sociais dos anos de 1970, mesmo que contassem com grande número de mulheres, não pensavam a dimensão das diferenças sexuais. De um lado, os movimentos deste período nascem trazendo demandas ao Estado, investindo nas questões do cotidiano e nas necessidades básicas da população, nos direitos de cidadania, na reconstrução da esfera pública eliminada pela Ditadura Militar, desde o final da década anterior. De outro lado, o movimento feminista, sobretudo a partir de 1975, considerado o Ano Internacional da Mulher, resulta do encontro entre ex-militantes políticas que voltavam do exílio ou saíam das prisões com uma geração que já mudara seu discurso, incorporando as questões do corpo, da contracultura, da busca de sínteses culturais, em oposição a uma visão de esquerda tradicional e naturalista.

Numa leitura tradicional, era possível encontrar, de um lado, as reivindicações socioeconômicas e de outro, as lutas políticas, culturais. Seja como for, e seguindo uma tradição conhecida na história, os dois tipos de movimentos não se encontravam. O povo e as feministas pareciam não ter nada em comum, a não ser um Estado e pai autoritário e violento. É verdade que a Igreja imperava soberana nos movimentos populares, propondo e repetindo um discurso masculino em que não havia espaço para as questões femininas, consideradas sempre muito secundárias.

Um segundo momento desta história parece acontecer na década de 80: o feminismo sai do gueto, penetra nos movimentos sociais e afirma sua presença conclamando as mulheres da periferia, como massa constitutiva dos movimentos de base, para reconhecerem seus corpos, sua sexualidade, observarem suas intimidades e lutarem pelos seus direitos femininos. As feministas da classe média chegavam às pobres ensinando-as a não negarem o corpo, mostrando a importância de descobri-lo, de inscrevê-lo na história e de ler positivamente suas marcas reveladoras de experiências únicas e fortes. Falar da sexualidade significou abrir um novo espaço, desmistificar inúmeros mitos não confessados, crenças arraigadas, instituídas e reinstituídas a cada geração. Aborto, menstruação, gravidez, menopausa e prazer sexual foram temas que então avançaram significativamente. Com o reconhecimento do corpo, processava-se o reconhecimento político da mulher cidadã, com todos os direitos e possibilidades de participar da esfera pública, como o homem, ou diferentemente.

Nesse contexto, foi possível afirmar que o movimento feminista propôs uma nova leitura e uma nova prática aos movimentos sociais da década de 1970, denunciando as relações de poder nos próprios movimentos e tornando visíveis as diferenças homem/mulher. Na teoria como na prática, as mulheres são introduzidas na grande narrativa da história como a grande novidade da década de 1980. O movimento feminista leva, na prática, a questão da identidade de gênero da mulher para o interior dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que, internamente, problematiza a noção da identidade da mulher para pensar as diferenças de sujeitos sociais e as multiplicidades.

Segundo Scott (1995), foi a partir da década de 1980 que o conceito de gênero passou a ser empregado, principalmente por estudiosas americanas, na tentativa não apenas de legitimar os Estudos Feministas no meio acadêmico, ou de desencadear novos temas de estudo, mas pôr em questão os próprios critérios de cientificidade utilizados pela ciência tradicional. O gênero passava a referir-se ao caráter fundamentalmente social das distinções percebidas entre homens e mulheres.

Conforme Louro (1995), além de uma ferramenta teórica potencialmente útil para os estudos das Ciências Sociais, o gênero despontava como uma importante categoria analítica para a história, bem como para a História da Educação. O caráter político desses estudos pode ser considerado como uma de suas marcas mais significativas, como mostra Louro (1997)

objetividade, neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, ou condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizadas, subvertidas, transgredidas. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço de lembranças e de histórias de vida, de fontes iconográficas, de registros passados, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (p. 19).

Com a introdução da categoria gênero, os Estudos Feministas passaram a enfatizar as relações entre mulheres e homens, entendendo que a construção dos gêneros dá-se de forma relacional. Dessa forma, vários estudos passaram a voltar-se para a construção do gênero masculino.

É preciso considerar, porém, que grande parte da produção brasileira vinculada aos Estudos Feministas ainda se concentra no estudo das mulheres. No campo das Ciências Sociais e da Educação, questões ligadas à feminização do magistério, bem como outras ocupações vinculadas ao trabalho feminino, compõem o maior número das pesquisas. Inicialmente muitos destes trabalhos procuraram descrever a situação da mulher em termos de opressão e desigualdade social. Atualmente,

porém, muitas pesquisas têm se voltado para o caráter relacional dos gêneros, entendendo que mulheres e homens, meninos e meninas são formados em relação uns com os outros e também no entrecruzamento de outras categorias, como classe social, etnia, nação, religião e idade, como os elaborados por Louro (1997) e Meyer (1998).

Estudos e pesquisas voltados para o gênero masculino têm sido desenvolvidos especialmente na área da Antropologia, com trabalhos sobre identidades e representações masculinas. Entre eles os de Barker e Loewenstein (1997) e Trevisan (1998). No que se refere à História da Educação, destaco os trabalhos de Louro (1995).

A literatura internacional sobre gênero masculino dispõe de várias pesquisas sobre o tema, especialmente voltados para a construção das masculinidades como os de Kibby (1997).

Em relação à Geografia e ao estudo de gênero, pode-se afirmar que esta conexão ainda é pouco explorada na produção intelectual brasileira, carecendo, portanto, de pesquisas que problematizem estas relações, especialmente no que se refere à produção de identidades de gênero. Nessa perspectiva, destaco o trabalho desenvolvido por Rossini (2002) e Tonini (2002).

Em todos esses estudos, percebo que a relação binária estabelecida entre homens e mulheres, colocando-os como pólos opostos, é extremamente criticada por várias estudiosas de gênero como Louro (1997) e Scott (1995), por se pretender universal e não levar em conta as ambigüidades, resistências e multiplicidades que estão envolvidas na construção das identidades de gênero.

Também Carvalho (1999) considera que o “feminismo da diferença”, ao abarcar períodos indefinidos da história e um campo indefinido de sociedades diferentes, ditas patriarcais, demarca limites extremamente imprecisos, trazendo uma visão de sociedade em que a condição, a dinâmica dos processos, a diversidade e as ressignificações, apropriações e transformações individuais ou coletivas ficam apagadas. Dessa forma, as diferenças entre mulheres no interior de uma mesma sociedade também ficam diluídas.

Hoje a leitura dos movimentos sociais faz-se paulatinamente, pela ressonância das propostas feministas, sexualizando os sujeitos e as relações sociais, mostrando como a mulher e o homem constroem-se social e culturalmente enquanto gênero. Essa temática permite a desconstrução da natureza dos sujeitos sociais, sua diferenciação, morte do sujeito único, na prática, enquanto na teoria emergem Foucault e os filósofos da diferença.

Após ter colocado a questão da emancipação da mulher, o feminismo assume novas formas, manifestando-se onde menos se espera: no interior dos lares, dos escritórios, dos bares, na mudança dos padrões femininos e masculinos de sexualidade e de conduta. Num outro pólo, cresce a produção teórica, tematizando a história das mulheres, de suas lutas e experiências na vida pública e privada.

Uma das mais fecundas análises dos movimentos sociais foi produzida durante a década de 1980, revendo o passado, descobrindo inúmeros pólos da resistência social, antes concentrada na sociedade civil, em luta contra o Estado. Operários, anarquistas, comunistas, socialistas, negros, mulheres e crianças, ganharam espaço na produção acadêmica, voltada para a análise dos micro poderes no cotidiano da vida social.

Sobre o movimento feminista, Giddens (2002) afirma que, em sua fase inicial, ele se ocupava predominantemente em assegurar direitos sociais e políticos iguais para mulheres e homens. Em seu estágio corrente, porém, enfrenta características básicas da existência social e gera pressões para transformações sociais de natureza radical.

Giddens (2002) comenta que o feminismo pode ser visto de maneira mais apropriada como inaugurando a esfera da política-vida

embora, é claro interesses emancipatórios constituem fundamentais para o movimento das mulheres. O feminismo pelo menos em sua fase contemporânea, foi mais ou menos forçado a dar prioridade à auto-identidade. “Mulheres que querem mais do que a vida familiar”, foi adequadamente observado, “fazem do pessoal político com cada passo que dão para longe do lar”. À medida que as mulheres cada vez mais “dão o passo” para fora, contribuem para processos de emancipação. Mas as feministas logo viram que, para a mulher emancipada, questões de identidade tornaram-se de importância primordial. Pois ao se libertarem do lar e da vida doméstica, as mulheres enfrentavam um ambiente social fechado. As identidades das mulheres eram definidas tão estritamente em termos do lar e da família que “davam o passo” e entravam em ambientes sociais, em que as únicas identidades disponíveis eram aquelas oferecidas pelos estereótipos masculinos (p. 199).

Momento de muitas desconstruções: vários estudos puderam questionar as mitologias científicas que explicavam a essência para a vida privada e não para o espaço público. A partir de Foucault, a noção de “dispositivos da sexualidade” foi fundamental para esses questionamentos e descobertas das redes de relações de poder/saber que codificam, classificam e nomeiam as práticas sociais e sexuais, colocando-as num campo partilhado entre o normal e o patológico.

Na área de estudo sobre as mulheres, incorporava-se a categoria gênero no debate. Um deslocamento fundamental opera-se, então, transitando da referência que identifica a mulher na questão da relação e da construção da diferença entre os sexos. Do marxismo, passasse para um campo onde se problematizam intensamente as diferenças. O pós-estruturalismo traz grandes contribuições em suas críticas epistemológicas. Afinal, não está em jogo apenas o deslocamento do objeto de estudo, “mulher” para as relações de gênero, mas a mediação de um novo modo de agenciar conceitos, discursos e relações sociais de uma nova rede discursiva em que se recusam as totalizações simplificadas, a busca da continuidade dos processos históricos, a constituição da tradição organizadora das identidades e as amarrações niveladoras e autoritárias, tanto quanto a idéia do sentido único e necessário da história.

Segundo Hall (2004), o feminismo faz parte daquele grupo de “novos movimentos sociais” que emergiram durante os anos de 1960 (o grande marco da modernidade tardia) juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis

contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com 1968.

Sobre esse momento histórico, é importante ressaltar escritos realizados por Hall (2004)

esses movimentos se opunham tanto a política liberal capitalista do Ocidente quanto à política “estalinista” do Oriente. Eles afirmavam tanto as dimensões “subjetivas” quanto às dimensões “objetivas” da política. Eles suspeitavam de todas as formas burocráticas de organização e favoreciam a espontaneidade e os atos de vontade política. Como argumentado anteriormente todos esses movimentos tinham uma ênfase e uma forma cultural fortes. Eles abraçaram o “teatro” da revolução. (p. 44)

Eles refletiam o enfraquecimento ou o fim da classe política e das organizações políticas de massa a elas associadas, bem como sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais. Cada movimento apelava para a identidade social e seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade, ou seja, uma identidade para cada movimento.

Mas o feminismo teve também uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico. Ele questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”. O *slogan* do feminismo era: “o pessoal é político”. Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.

Ele também enfatizou, como uma questão política e social, o tema de como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas).

Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e

de gênero. O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram partes da mesma identidade, a “humanidade”, substituindo-a pela questão da diferenças sexual.

Gostaria de chamar a atenção para os inúmeros deslocamentos teóricos e práticos que o feminismo tem provocado, tanto nos movimentos sociais quanto na produção acadêmica. As mulheres ganharam visibilidade não apenas pela sua crescente participação na vida pública, reivindicando seus direitos e construindo sua autonomia, mas pela própria transformação que vem efetuando na maneira de olhar e problematizar as questões individuais e sociais, revertendo explicações acabadas para os acontecimentos e sujeitos na história. Nisso, reside uma de suas maiores contribuições para a construção de um mundo possível já no presente.

O feminismo foi, sem dúvida, um importante movimento social que começou a ter visibilidade no final do século XIX com o sufragismo⁶, movimento no qual as mulheres reivindicavam o direito ao voto. Já no século XX (final da década de 60), o movimento, no processo que passou a ser considerado como segunda onda do feminismo, expandiu-se para além do seu sentido reivindicatório, não só exigindo a igualdade de direitos, em termos políticos e sociais, mas constituindo-se também na crítica teórica. Obviamente este não foi um movimento isolado, mas somou-se a outros movimentos igualmente importantes, como o movimento dos estudantes, negros e outros, principalmente nos Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha e França.

Hall (2004) mostra que o feminismo introduziu aspectos inteiramente novos na sua luta de contestação política, na medida em que abordou temas como família, sexualidade, trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, etc. Além disso,

⁶ Segundo o dicionário Luft (2001) - *Sufragar*: apoiar, favorecer com sufrágio ou voto; eleger; rezar pela alma de. *Sufrágio*: votação, apoio; oração pelos mortos; *Sufrágio Universal*: direito de votar facultado a todos os cidadãos.

O sufragismo é considerado por muitos autores e autoras como a primeira “onda” do feminismo.

ênfatisou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)... aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. (p. 49-50)

Cabe afirmar que os Estudos Feministas sempre estiveram preocupados com as relações de poder entre mulheres e homens. Em princípio, tais estudos procuravam chamar a atenção para as condições de exploração e dominação a que as mulheres estavam submetidas.

4.4. Problematizando Gênero e Sexualidade

A sexualidade, categoria indelévelmente associada ao gênero, nas palavras de Louro (1998), “tem a ver com o modo como as pessoas vivem seus desejos e prazeres, tem a ver, portanto, com a cultura e a sociedade, mais do que com a biologia” (p. 88). Também articula-se aos mecanismos atuantes nas diferenças existentes no mercado de trabalho.

Scott (1995), importante historiadora feminista, conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e como a “forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86).

Dessa forma, o conceito de gênero por ela defendido prioriza os processos históricos e sociais presentes na construção do feminino e do masculino, rejeitando quaisquer explicações essencialistas e naturalizantes pautadas pelo determinismo biológico. Scott busca desconstruir as oposições binárias entre homens e mulheres, uma vez que essas costumam ser vistas como naturais, imutáveis e desencadeadoras “de uma hierarquia aparentemente universal e eterna” (Louro, 1995, p. 110).

A aproximação entre os estudos de gênero e o pós-estruturalismo, especialmente as contribuições trazidas a partir dos estudos de Michel Foucault, constitui-se num campo fértil para a análise. Essa articulação teórica tem se mostrado edificante, principalmente no que se refere ao conceito de poder, visto na perspectiva foucaultiana como uma complexa rede de relações sociais, podendo ser exercido de diversas formas, em várias direções.

O poder, nessa perspectiva, nem sempre pode ser visto como algo negativo, que apenas reprime, já que possui um caráter produtivo, que incita, faz, produz conhecimentos. Assim, o mercado de trabalho de Santa Maria, ao ofertar determinadas oportunidades de trabalho para homens e mulheres de forma diferenciada está materializando relações de poder que escolhem, selecionam, hierarquizam lugares e posições a serem ocupadas segundo o sexo. Por que são as mulheres que desempenham as atividades de garis? E as domésticas, as costureiras? Por que são os homens que predominam as atividades de ferroviários, de mecânicos, de eletricitas? Isso nada mais é do que construções culturais que destinam, canalizam para determinadas atividades empregatícias.

Ao nos depararmos com um grande número de mulheres exercendo atividades ditas femininas no mercado de trabalho de Santa Maria, devemos colocar um olhar de estranhamento. Elas não estão ali por decreto divino e, muito menos, por suas diferenciações biológicas. São lugares endereçados para elas, construídos historicamente nos discursos ocidental, masculino, econômico e religioso. Tudo isso vai permitindo criar uma segregação de diversas ordens entre homens e mulheres.

Observo que a abordagem desenvolvida por Foucault (1992), trazendo a idéia de que todas as relações sociais estão imersas em relações de poder ou são, ao mesmo tempo, relações de poder, pode ser muito útil à análise feminista. O próprio autor aborda a questão das relações de poder dos homens sobre as mulheres como um exemplo de lutas imediatas que precisam ser travadas no cotidiano. Estudos como este que desenvolvi são formas de luta para romper a divisão sexual de oportunidades no mercado de trabalho, já que permitem denunciar, questionar sua configuração.

Com relação à identidade de gênero e à identidade sexual, também é possível entender que essas são plurais e estão em constante transformação. Tais identidades, embora intimamente relacionadas, não são uma só “coisa”. Para Louro (1997), enquanto a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos, que se reconhecem como femininos ou masculinos, a identidade sexual está relacionada diretamente à maneira com que os indivíduos experienciam seus desejos corporais, das mais diversas formas: sozinhos/as, com parceiros do mesmo sexo ou não, etc, não sendo fixas essas identidades e construindo-se ao longo da vida.

Tanto a identidade de gênero quanto a identidade sexual podem ser caracterizadas pela instabilidade, sendo, portanto, passíveis de transformações. Nesse sentido, pode-se afirmar que todas as identidades são construídas socialmente e num processo sempre dinâmico.

Ao estabelecer como foco privilegiado de análise a categoria gênero, remeto-me a essa concepção de identidade cultural. Sendo assim, também volto-me para a construção social e histórica de homens e mulheres e busco interpretar o gênero de forma relacional, procurando também estar atenta às pluralidades e conflitos que, possivelmente, estão presentes no interior de cada gênero, bem como na relação existente entre eles. Desde que nascemos, estamos nos constituindo como sujeitos, com múltiplas identidades (de gênero, de etnia, de religião, de sexo...), embora muitas vezes esses referentes não sejam suficientemente problematizados, ficando o seu entendimento apenas no estreito e escorregadio campo da natureza e da biologia.

4.5. Os estudos de Gênero no Brasil: Um pouco de sua história

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. A partir da década de 1970, a emergência destes movimentos sociais consolidou novas forças políticas em vários lugares do mundo⁷. Esses movimentos sociais romperam a unidade das conceituações tradicionais e promoveram novas formas de entendimento do cenário mundial.

Segundo Santos (1996), os movimentos sociais identificam novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais transclassistas ou a sociedade, advogando um novo paradigma social.

No atual contexto de incertezas políticas e acadêmicas, essas novas práticas sociais provocam novas questões para as Ciências Sociais. Os movimentos de mulheres e feministas surgem, no Brasil, a exemplo de outros lugares, a partir da década de setenta, do século XX. Mas a prática desses movimentos sociais tem apresentado, no final dos anos oitenta e no transcorrer dos anos noventa, novas formas de atuação e de inserção na sociedade.

Ao “dialogar” com a bibliografia consultada e com os estudos realizados por Silva (2003), percebi que a trajetória do movimento das mulheres, sejam populares e/ou feministas no Brasil, nos últimos vinte anos, reflete também a trajetória dos estudos de gênero no país.

Nos países capitalistas avançados, segundo Santos (1996), a crise da cidadania social corresponde a dois fenômenos ocorridos a partir do final da década de 1970: a crise do Estado de bem-estar social, que ele denomina de Estado

⁷ Nessa perspectiva, os estudos realizados por Silva (2003) apontam que esses movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres, para citar os mais expressivos, despontam e modificam lugares e mentalidades.

Providência e o movimento estudantil de 1968. Nesse sentido, o autor ainda afirma que a difusão social da produção (mostrando novas formas de opressão) e o isolamento político do movimento operário facilitaram a emergência de novos sujeitos sociais e novas práticas de mobilização social.

De acordo com estudos desenvolvidos por Bruschini (1994), o Brasil não passa impune por esses fenômenos. No mesmo período, o país vivia uma ditadura política que passa a ser abertamente questionada por operários em greve e por movimentos estudantis. Nesse período, embora a economia estivesse em expansão com a industrialização acelerada e a urbanização crescente, os salários deterioraram-se e o custo de vida subiu muito.

Assim, segundo estudos realizados por Teles (1993), a partir da década de setenta, se formam os primeiros movimentos de mulheres, principalmente em São Paulo, onde as mulheres da periferia, através das comunidades da Igreja Católica, reivindicavam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhoria salarial, além de reclamarem sobre o elevado custo de vida, unindo-se contra os preços abusivos. A reivindicação pelas creches era apontada como um dos principais problemas, pois as mulheres necessitavam trabalhar fora para auxiliar na renda familiar.

Para Soares (1994), “o movimento de mulheres nos anos de 1970 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades” (p. 13). Nesse sentido, percebo que a mulher, ao emergir do espaço privado para reivindicar no espaço público, tornou-se mais visível na sociedade, deixando os limites entre o público e o privado um pouco menos distantes.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o início da Década da Mulher. No Brasil, surgem os primeiros grupos feministas comprometidos em lutar contra a desigualdade das mulheres. O crescimento expressivo da participação feminina no mercado de trabalho a partir dos anos setenta é apontado por Bruschini (1994) “como uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país. A militância feminista chega aos sindicatos, mas sob a forma de departamentos

femininos, sendo concretizados como uma das formas de inserção e de construção de espaços de poder” (p. 179).

Nos anos da década de 1980, de acordo com Silva (2003), as pesquisas realizadas sobre a temática passaram a apontar também o caráter relacional entre os sexos, o qual é construído socialmente a partir de relações de poder e, conseqüentemente, apresenta hierarquias que conduzem à desigualdade social. Isso evidencia que não basta apenas estudar as mulheres, é preciso estudar as relações sociais entre os sexos.

A partir dos anos noventa, houve uma dispersão dos movimentos feministas e uma flagrante institucionalização. Algumas dessas mudanças podem ser identificadas no rápido crescimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas, aliadas a uma forte presença em fóruns nacionais e internacionais de discussão. A questão da igualdade ou da diferença torna-se crucial para o movimento feminista e para o debate acadêmico.

Fundamentada na bibliografia consultada, pude perceber que a maioria dos estudos teóricos ou as pesquisas empíricas realizados sobre essa temática estão alicerçadas nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia, na Antropologia e na História, estando a Geografia brasileira ainda um pouco tímida em seus estudos que analisam essas questões.

Conforme Colombara (1995)

(...) a Geografia, como ciência social, não pode ficar alheia à problemática feminista, cuja manifestação é palpável não só nas relações sociais, como também nas espaciais, ou seja, essas relações têm um cunho espacial. A geografia feminista interessa-se pelo estudo das desigualdades sócio-espaco-ambientais derivadas dos diferentes papéis reservados pela sociedade a homens e mulheres. Ignorar essas desigualdades na análise pode trazer os mesmos riscos que ignorar as diferenças de classes ou de raças, já que as relações de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres estão imersas em todas as manifestações da sociedade (p. 217).

Atualmente, o debate sobre gênero parece estar mais restrito às Universidades, onde estão as feministas mais atuantes e às práticas limitadas das

ONGs. Ambas com reivindicações específicas que se desenvolvem sob a ação de um Estado omissivo.

Os estudos de Silva (2003) apontam que a crise econômica e o desemprego podem ser considerados como fatores de desmobilização. O país parece enfrentar um processo de descrença que impede grandes mobilizações populares, mas também é evidente que, embora a mulher esteja participando ativamente no mercado de trabalho, as relações sociais ainda são marcadas por relações de gênero. Trabalhadores e trabalhadoras são inseridos em setores ocupacionais do mercado de trabalho marcados por desigualdades atribuídas ao sexo.

Segundo os estudos realizados por Tonini (2002)

a temática sobre as mulheres no sentido de serem excluídas, negadas, silenciadas, ocultadas como sujeito da sociedade já vem sendo debatida há algum tempo, nos estudos de gênero contemporâneos. Esses estudos mostram os processos históricos a partir dos quais múltiplos discursos foram produzidos e autorizados para caracterizar e posicionar as mulheres nas diferentes instâncias de uma sociedade global. (p. 58)

A Geografia, como Ciência Social, não pode ficar alheia à problemática feminista, cuja manifestação é palpável não só nas relações sociais, como também nas espaciais, ou seja, essas relações têm um cunho espacial.

A Geografia interessa-se pelo estudo das desigualdades sócio-espaciais derivadas dos diferentes papéis reservados pela sociedade a homens e mulheres. Ignorar essas desigualdades na análise pode trazer os mesmos riscos que ignorar as diferenças de classes ou de etnias, já que as relações de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres estão imersas em todas as manifestações da sociedade.

Assim, a Geografia brasileira precisa estar atenta para esses novos discursos e lançar mão da categoria gênero como mais um instrumento de análise de questões sociais que têm possibilitado produzir diferentes espaços geográficos. Incorporar as contribuições teóricas do feminismo e estudar como o espaço é modificado por

esses movimentos é tarefa emergente para quem quer compreender as territorialidades dos setores ocupacionais no mercado de trabalho.

4.6 Gênero e mercado de trabalho

A inserção da mulher no mercado de trabalho, ao longo de sua história, materializa os diversos discursos construídos para aprisioná-la em determinadas ocupações e separá-la das desempenhadas pelos homens.

Schienbinger (1987) aponta exemplo do mundo antigo, no qual Hipócrates, Aristóteles e Galeano trataram de justificar o status social inferior das mulheres a partir de um discurso calcado na essência ou natureza feminina. Argumentavam, por exemplo, que as mulheres eram mais frias, fracas e úmidas, não possuindo calor suficiente para cozinhar o sangue e purificar a alma, sendo, por isso, mais indolentes. Já os homens, por serem considerados mais quentes e secos, eram mais ativos. Tais idéias foram incorporadas ao pensamento medieval com poucas revisões e dominaram a literatura médica ocidental até pelo menos o século XVII, embora houvesse um limitado movimento feminista na medicina dos séculos XVI e XVII.

Um crânio feminino menor foi usado para provar que as capacidades intelectuais das mulheres eram inferiores às dos homens, enquanto que a pélvis maior era tida como prova definitiva de que elas eram naturalmente destinadas à maternidade. Portanto deveriam ficar confinadas ao âmbito doméstico, cuidando da casa e da prole, reforçando, assim, os argumentos contra a participação das mulheres nas esferas públicas.

Dessa forma, as mulheres foram colocadas como seres inferiores, incapazes de raciocinar, contendo aspectos atribuídos também às crianças e aos negros⁸. Craniologistas analisaram o tamanho e a forma dos crânios de homens e mulheres, brancos e negros, na tentativa de descobrir se eram ou não as capacidades das mulheres e dos povos primitivos equivalentes àquelas dos homens brancos europeus⁹.

É possível observar o quanto a argumentação ampla e persuasiva da diferença física foi insistentemente utilizada, na tentativa de justificar uma possível diferença moral entre os sujeitos, subscrevendo, assim, um sistema de desigualdade social, que foi e ainda é muito utilizado para legitimar o endereçamento de determinado gênero para as atividades ocupacionais.

Um dos instrumentos da manutenção dos mecanismos que regulam a divisão do trabalho é a educação. Não por acaso a palavra grega *scholé*, de onde deriva escola, significa inicialmente o “lugar do ócio”¹⁰.

A educação para as mulheres surge como um mecanismo para prepará-las para o cuidado do lar, a manutenção da família para melhor desenvolver seus papéis enquanto esposa, mãe e dona-de-casa.

Para atender a tal situação, no final do século XIX e início do século XX, surgiram, no Brasil, vários cursos destinados a moças, como escolas técnicas femininas e escolas normais, que incluíam disciplinas de economia doméstica, puericultura, sempre com o objetivo de preparar uma nova mulher, estritamente ligada às funções de mãe e dona-de-casa. Louro (1997, p. 446-7) observa que “a educação da mulher seria feita para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos, ou na linguagem republicana, na função formadora dos futuros cidadãos”.

⁸ Crianças e negros também são discriminados no discurso biologicista, por não serem alvos temáticos para este estudo, são somente trazidos como exemplo.

⁹ Interessante perceber que esta mesma lógica não foi aplicada em outras situações, ou seja, o argumento do tamanho do crânio valia para afirmar, por exemplo, que os gorilas, dentro dessa mesma lógica, deveriam ser considerados então mais inteligentes que os homens, pelo fato de possuírem um crânio maior.

¹⁰ Ócio significa, para os antigos, a forma nobre e digna de ocupar o tempo livre com lazer e reflexão.

Com a Proclamação da República (1889), intensificou-se a idéia de que seria importante incentivar a educação feminina, entendendo que a educação da sociedade deveria começar pela mulher.

Segundo a historiadora Rago (1985), havia, no final do século XIX, uma grande preocupação em promover uma representação de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza potencial da nação.

Ao mesmo tempo em que se enfatizava a necessidade de uma educação feminina, mais voltada para o lar, havia outro movimento que, aos poucos, tentava implementar um redimensionamento do papel exercido pelas mulheres no lar e na sociedade em geral. Isso se deu em função do processo de industrialização e da crescente urbanização na sociedade brasileira, abrindo novas possibilidades de trabalho para os homens, até então principais responsáveis pela atividade docente no Brasil, desde a época dos Jesuítas (1549–1759). O magistério passou a ser desinteressante para os homens que, dentre outras coisas, viam nas indústrias recém-criadas e nas atividades urbanas oportunidades de maiores salários e novas chances de ascensão social.

Numa perspectiva histórica, o que se observa é que as profissões que vão sendo ocupadas pelas mulheres, em geral, resultado da luta dos movimentos sociais, são desqualificadas pela sociedade, tanto em termos de sua valorização social e cultural quanto em termos de rendimentos. Não é à toa que os homens costumam afastar-se das profissões que começam a se tornar femininas. Não é pelo fato de ser desqualificada que uma profissão é ocupada por mulheres, a sua ocupação pelas mulheres é que a desqualifica. Isso implica pensar que para além de políticas públicas, de igualdade de direitos à educação e rendimentos do trabalho, torna-se necessário refletir sobre a cultura que, ainda hoje, desqualifica feminizando.

A entrada das mulheres na atividade profissional da docência esteve atrelada ao exercício da maternidade. Exigia-se dos professores atributos considerados tipicamente femininos tais como sensibilidade, paciência, afeto, doação, especialmente no que se refere às crianças pequenas. Caberia às mulheres-mães e professoras a formação dos futuros cidadãos, corretos, disciplinados,

autogovernados. Tal fato vai ao encontro de Louro (1999) ao afirmar que a inscrição dos gêneros, feminino ou masculino, nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com marcas dessa cultura. Assim, as identidades de gênero, bem como as sociais, são compostas e definidas por práticas sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Nesse contexto, o magistério acabou constituindo-se numa via de acesso importante para a escolarização das mulheres, pois eram nelas que residiam “naturalmente” todos os atributos necessários a essa ocupação profissional. As últimas décadas do século XIX representaram uma queda significativa do número de alunos nas escolas normais e, ao mesmo tempo, um aumento do ingresso de mulheres nesta área.

A formação profissional de mulheres era vista como um aperfeiçoamento de instinto maternal e refletia-se também no aumento da presença feminina na vida social. Conforme os escritos de Louro (1997), é importante lembrar que o acesso das mulheres ao magistério, no entanto, não se deu de forma tranqüila, pois alguns estavam convictos de que elas eram completamente despreparadas para o exercício de tal função.

Especialmente em relação à mulher, os projetos elaborados no Brasil, no final da década de 1930 e início da década de 1940, objetivavam uma educação voltada para o lar, ressaltando os vínculos próprios da mulher, como a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, de seu reinado no lar e do seu papel na escola, da sua ação nas obras sociais de caridade, do cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria.

Em relação ao homem, porém, deveria ser reservada uma educação que enaltecesse sua coragem, força de vontade, que o tornasse afeiçoado ao trabalho, à família e à nação. Dentro dessa perspectiva, a força física era fundamental para exercer a base da força moral, cabendo-lhe, portanto, uma posição bem definida de poder e autoridade. Então, não é de se admirar que o mundo político e militar, os cargos de comando sejam masculinos, o que devemos é questionar esta produção de verdade.

Destacam-se nesse contexto, documentos oficiais para legislar sobre o controle da população, o Estatuto da Família, elaborado na Era Vargas, cujo idealizador e articulador foi Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde. Com o objetivo de dar proteção à família, esse projeto teve conseqüências importantes em relação à política de previdência social, ao papel da mulher na sociedade, à educação, bem como à política populacional do país. Embora o Estatuto não tenha sido de fato implementado, cabe aqui considerar que seus dizeres e propostas mobilizaram diversos setores da sociedade, mostrando as representações da família, infância, homem, mulher e educação que circulavam no Brasil daquele período.

O Estatuto previa incentivos ao casamento, oferecendo facilidades e até mesmo empréstimos matrimoniais, prêmios de núpcias, de natalidade, etc. Assim, pode-se perceber que o Estatuto foi muito significativo sobre a produção de um conhecimento sobre a população naquele momento histórico como forma de regulamento, já que esses incentivos vinculavam-se ao controle da própria sexualidade da população, como afirma Foucault (1980)

a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal heterossexual e, se possível legítimo. Poder-se-ia também dizer que ela inventou, ou pelo menos organizou cuidadosamente e fez proliferar, grupos com elementos múltiplos e sexualidade circulante: uma distribuição de pontos de poder hierarquizados e nivelados, uma busca de “prazeres” –no duplo sentido- de desejados e perseguidos, sexualidades parcelares toleradas ou encorajadas; proximidades que se apresentam como procedimentos de vigilância e funcionam como mecanismos de intensificação: contatos indutores (p. 45).

Ao mesmo tempo em que se atribuía à mulher o gerenciamento do lar, a educação dos filhos, também se esperava dela docilidade, fragilidade e subordinação ao marido. Havia um grande investimento da sociedade, alimentado por diferentes discursos que, conjugados, reafirmavam um lugar de subordinação e inferioridade da mulher, aparecendo presa à família e a tudo que esta simboliza em termos de valores.

Para garantir a presença da mulher no lar, cuidando da prole, o Estatuto da Família também propunha restringir a admissão de mulheres no serviço público e privado. Esse argumento acionado impõe à mulher um certo aprisionamento, a partir de sua condição de mãe e dona-de-casa. Tais discursos apontam para a idéia de que fora do matrimônio e da família não poderia haver felicidade, pois a família, como lembra Foucault (1980, p. 103), “tornou-se o lugar obrigatório dos afetos, dos sentimentos e do amor, girando em torno de dois eixos centrais: marido-mulher, e pais e filhos”.

Ao mesmo tempo em que se veiculavam diversos discursos voltados para a submissão da mulher e o seu recolhimento no espaço doméstico, outro movimento contrário começava a se esboçar no período denominado pela historiografia tradicional de República Velha, através do movimento sufragista, que reivindicava uma participação mais direta das mulheres no espaço público¹¹.

Outro fato importante foi a possibilidade de profissionalização através do magistério, embora esta carreira tenha sido muito marcada pela associação direta entre a capacidade biológica da mulher de procriar, implicando os cuidados da prole, quanto na suposta capacidade de educar outras crianças que não seus próprios/as filhos e filhas. Isso demonstra o quanto os discursos não podem ser vistos como monolíticos, uma vez que estão emersos em relações de poder, num constante movimento de luta em busca da legitimidade da verdade que ali está sendo elaborada.

O instinto maternal foi utilizado freqüentemente como argumento explicativo para reafirmar as diferenças entre homens e mulheres, justificando, dessa forma, as desigualdades entre ambos. A educação proposta para a mulher estava pautada na religião, na moral e na idéia de servir. Ela poderia e deveria ajudar dos homens. Além das tarefas domésticas, poderia e deveria ser ativa em outras atividades, corroborando a observação da diferença das mulheres. Isso, apesar de lhes dar visibilidade, também posiciona e define um lugar para a mulher e para o homem, sentimentos permitidos ou não, as regras, as normas, o governo.

¹¹ No entanto, o voto feminino só foi garantido pela Constituição de 1934, o que representou o reconhecimento político da mulher, considerada educadora do lar por excelência, sendo este (o lar) a parte inicial (e fundamental) para formar uma nação forte.

A educação das mulheres foi arquitetada de forma diferenciada, em função de sua capacidade procriativa, e também pelo fato de serem consideradas inferiores. Mesmo sendo proclamadas como “sustentáculo do lar” e também da nação, deveriam ficar escondidas, uma vez que a visibilidade era uma prerrogativa masculina.

Para Louro (1999, p. 16), existem “distintas e divergentes representações que podem circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grande que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade”. Essas representações do masculino e do feminino pela repetição, constância e força que tiveram parecem ter contribuído para a construção de uma “verdade” sobre a ocupação do gênero no mercado de trabalho.

As profissões de professora, enfermeira, dona-de-casa são reservadas ao gênero feminino, pois exigem dedicação, cuidado, paciência, sensibilidade e afeto, qualidades inerentes às mulheres (LOURO, 1997), cabendo aos homens atividades que demandam destreza, força ou habilidade intelectual. Isso foi o que fez a escola ser considerada predominantemente feminina, porque é, primordialmente, “um lugar de atuação das mulheres – elas organizam e ocupam o espaço - elas são professoras (LOURO, 1997, p. 88) sendo a atividade escolar marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação”.

Outras ocupações também configuradas como femininas, que apresentam mão-de-obra qualificada e com diferenciais de rendimentos concentram-se no setor de atividades públicas. Isso porque esse setor configura-se como um grande empregador de mulheres, já que oferece maior estabilidade e a garantia de direitos como a licença maternidade. Isso evidencia a busca pela estabilidade e segurança em suas relações com o mercado de trabalho.

Outro fator condicionante a essa situação são os concursos públicos, os quais possibilitam ampliar a participação das mulheres, fato que se justifica pela necessidade de concurso para o provimento das vagas no setor público. A disputa pelas vagas por homens e mulheres não sofre a interferência direta da discriminação de gênero.

É possível perceber uma idéia de valor atribuído ao trabalho e desvalorização gradual do trabalho doméstico. As tarefas domésticas executada pelas donas-de-casa acabam sendo vistas como uma punição, uma ocupação apenas e não um trabalho verdadeiro.

Há ambigüidades que caracterizam a profissionalização da mulher. A idéia sobre a mulher que nasceu para servir, sempre servirá em casa e servirá também no mundo do trabalho, já que se toma esse condicionamento social como característica natural. Assim, a nova divisão sexual do trabalho cria a ilusão de que a mulher conquistou o mundo das profissões e de que só não trabalha se não quiser.

Significativas alterações nas estruturas familiares ocorreram a partir do momento em que a “cuidadora do lar” saiu às ruas, buscando uma vaga no mercado de trabalho, geralmente com maior nível de escolaridade em comparação ao homem.

A discussão dos papéis sociais masculinos e femininos e a conseqüente “desordem” na estrutura familiar, com a saída da mulher de casa, é mais uma questão que emerge no estudo sobre as mulheres e a sua relação com o trabalho. Aquela que até então exercia o papel culturalmente designado de gerenciamento do lar rompe a esfera do espaço privado, buscando oportunidades no mercado de trabalho, exercendo atividades que possuem relação com as que foram sempre atribuídas as suas funções, como esposa, mãe e dona-de-casa.

Outra observação que merece ser feita refere-se às ocupações agrupadas na categoria de cuidadoras sociais serem maciçamente femininas. Os dados fornecidos nas tabelas da PNAD enquadram como trabalhadoras que exercem atividades como cuidadoras sociais as recebem remuneração baixa, ou, em alguns casos, as que acabam trabalhando apenas para receber, por exemplo, moradia e alimentação, não sendo o dinheiro o fator que a recompense pelas atividades desempenhadas.

Essas atividades, na sua maioria, são exercidas no espaço interior da casa, capturando a mulher para o espaço doméstico e distanciando-a cada vez mais do espaço público.

Na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico, por exemplo, fica a cargo das mulheres, tenham elas um emprego formal no mercado de trabalho ou não. O trabalho doméstico, segundo Pena (2004), não pode ser entendido como fazendo parte da divisão social do trabalho em razão de o mesmo ser realizado fora do mercado e fora das relações de produção.

As relações de gênero interferem na inserção das mulheres no mercado de trabalho. O papel de cuidado da casa, das crianças, dos doentes ainda hoje é atribuído à responsabilidade da mulher. Quando elas “trabalham fora”, geralmente exercem dupla jornada de trabalho, havendo um conflito na tentativa de conciliar as atividades domésticas com as atividades profissionais (SEBASTIANI, 2004).

Essa dupla jornada de trabalho pode ser considerada como um condicionante para que a mulher opte por não ingressar no mercado de trabalho, quando, por exemplo, a remuneração recebida não compense os custos da sua tarefa realizada no espaço exterior ao privado.

Dessa forma, percebo que as relações de gênero interferem no modo como as mulheres se inscrevem no mercado de trabalho. Bruschini (1994) afirma que a manutenção de um modelo patriarcal de família faz com que a participação feminina no mercado de trabalho seja afetada pela necessidade que as mulheres têm de articular papéis familiares e profissionais. Em função disso, algumas mulheres podem vir a abrir mão do rendimento, exercendo as atividades para manutenção do lar ou trabalhando profissionalmente menos horas, na tentativa de conciliar suas atividades domésticas com as exercidas no mercado de trabalho.

Esse novo perfil da força de trabalho feminino apresenta-se como um diferencial em relação ao contingente masculino, mais condizente com as exigências do mercado de trabalho atual, mas ainda tendo de enfrentar as contradições instituídas na sociedade sobre o seu “papel natural”. Porém essa é uma questão irreversível. O mercado não poderá mais prescindir da força do trabalho feminino. E a família tradicional não poderá mais dar conta da mulher que busca ser sujeito ativo na sociedade. Conseqüentemente, entra em crise o tradicional modelo familiar.

A divisão sexual do trabalho também expressa uma hierarquia de gênero que aponta para uma desqualificação do trabalho feminino, socialmente desvalorizado e mal remunerado. Sobre essa referência, Pena (2004) enfatiza que a questão da desqualificação do trabalho torna-se esclarecedora da hierarquia de gênero que a envolve, mostrando, por exemplo, a carreira de professor primário que enquanto, foi eminentemente masculina, era bem remunerada e possuía prestígio social. Ao se feminilizar, perdeu parte do seu prestígio, tornando-se mal remunerada. Outros exemplos também podem ser identificados com esse mesmo entendimento, como a diferença entre uma cozinheira (desqualificada) e um chefe de cozinha (atividade qualificada), mesmo sendo atividades distintas, realizam-se no mesmo espaço e com funções semelhantes. Isso evidencia que a divisão sexual do trabalho não é neutra.

Nesse sentido, a mulher estaria programada para ser “responsável pela família em primeiro lugar”, desistindo logo das funções de comando, que poderia lhe trazer mais responsabilidade, pelas quais nem sempre teriam energia para competir, estafada pelas responsabilidades do lar, que carrega geralmente sozinha.

Os dados apresentados mostram um longo caminho percorrido pelas mulheres na busca de oportunidades no mercado de trabalho e também as relações existentes na melhora significativa na trajetória educacional das mulheres: elas são maioria em quase todos os níveis de ensino, especialmente nas universidades; têm um tempo médio de estudos superior ao dos homens, tornando-se cada dia mais alfabetizadas; e apresentam um desempenho escolar, em vários níveis, comparativamente melhor ao dos homens. Essas conquistas, entretanto, não parecem ter tido o impacto social que delas poderia se esperar. As mulheres ainda são vistas como primariamente "cuidadoras" sociais e, mesmo ocupando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, ainda acumulam dupla jornada e não alcançam os mesmos patamares salariais e hierárquicos que os homens dentro das instituições.

A "construção gendrada dos sexos", pedagogia implícita que ensina meninas e meninos a se comportarem diferentemente, a terem imagens diferenciadas de si mesmos, a desejarem coisas distintas, tem permeado as escolhas que mulheres e

homens fazem em seus percursos de estudo e trabalho. A escola tem um papel cada dia mais importante nessas escolhas. Afinal, a escolarização vem-se tornando mais precoce, o que requer que as políticas públicas priorizem a educação em todos os níveis. E, nesse contexto, as relações de gênero, que perpassam todas as outras categorias sociais, têm uma importância fundamental.

Um olhar cuidadoso para os currículos escolares, para os programas das disciplinas e para os conteúdos ministrados pode apontar formas de diluir as fronteiras do gênero, de problematizar conceitos e atitudes sancionados pelo senso comum e, dessa forma, promover mudanças efetivas na desigualdade entre os sexos. Ações afirmativas podem auxiliar meninas a terem desempenho melhor em disciplinas das ciências exatas – nas quais dados nos mostram-nos que há maior fragilidade, possibilitando, assim, romper barreiras e destruir "reservas profissionais de gênero".

O mercado de trabalho passa a ser palco para tais distinções e possibilita observar e analisar como as relações de gênero se inscrevem e se materializam permitindo questioná-las e identificá-las.

5. O PÊNULO DO MERCADO DE TRABALHO

Neste capítulo, procurei tecer tramas a partir de três focos de análise estabelecidos para o desenvolvimento deste estudo, articulando relações entre o gênero e as oportunidades de trabalho, amarradas a partir de relações entre o gênero e a escolaridade, o gênero e as qualificações atribuídas para as mulheres; o gênero e as atividades classificadas como cuidadoras sociais no mercado de trabalho.

O trabalho é uma invenção humana, seja como realização que faz história, seja como fardo, obrigação. O trabalho é uma mercadoria cujo preço varia de acordo com a sociedade. Entender, no contexto atual, os lugares ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho de Santa Maria constituiu a busca deste capítulo¹.

¹ Frequentemente, em vários temas abordados em aula, faço referência à condição da mulher enquanto trabalhadora e também à sua dupla jornada de trabalho. As discussões levam a um consenso por parte dos alunos de que a mulher que participa do espaço público tende a destruir o “ideal” da estrutura familiar, deixando de ser esposa dedicada e mãe atenciosa; como consequência também surge o desinteresse pelo casamento e pela maternidade.

As pesquisas sobre relações de trabalho e mulheres a partir do gênero constituem uma questão pioneira para os estudos da Geografia. Através delas é possível questionar as fronteiras tradicionais e principalmente analisar como o ingresso da mulher no mercado de trabalho condicionou diferentes relações na família, no matrimônio e nas taxas de natalidade, por exemplo. Essas transformações passam a se fortalecer a partir da implantação das fábricas nas cidades, a qual criou a separação do local de produção da mercadoria, ou seja, o local de produção passa a ser outro, não mais no espaço domiciliar.

Ensaio alguns escritos nesta direção inicio perguntando-me: “afinal o que sei sobre as oportunidades de trabalho das trabalhadoras santa-marienses? Como são percebidas enquanto força de trabalho? Como integram os setores econômicos?” Entendo que buscar sua compreensão possibilita entender o posicionamento das identidade social e sexual das mulheres e identificar imagens que são projetadas sobre o feminino.

As escolhas das variáveis para as análises da problemática de estudo, seus cruzamentos, suas correlações, suas articulações foram realizadas na medida que se fizeram necessárias. Minhas análises não estão amarradas em determinada variável, mas em determinado foco analítico.

5.1 As oportunidades de trabalho

A progressão da inserção das mulheres no mercado de trabalho foi, de fato, espantosa, pois em 1976, segundo os dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e analisados por Bruschini e Lombardi (2002a), existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no país, chegando, na década de noventa do século XX, a 22,9 milhões para 31,3 milhões em 1998; a taxa de atividade feminina em 1998 chegou a pouco mais de 47%, ou seja, para cada 100 mulheres em idade de trabalhar, 47,6 trabalhavam ou procuravam trabalho. A

Figura 4 representa a distribuição da população feminina economicamente ativa nesses períodos.

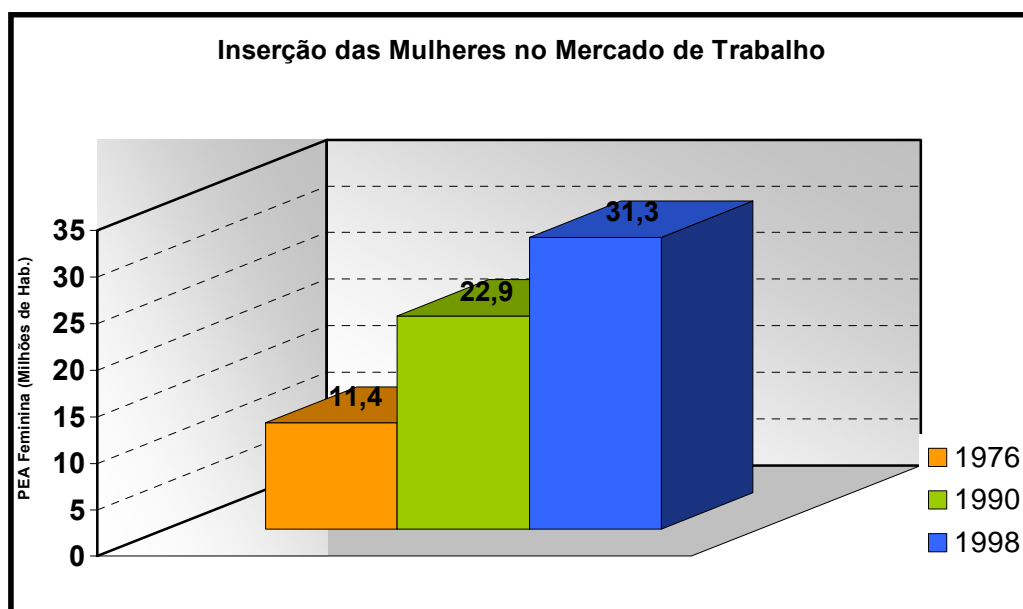


Figura 4 – A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.
Fonte: Bruschini & Lombardi, 2002a.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro vem ampliando-se de forma gradativa nas últimas décadas. Em 1990, as mulheres representavam 31,3% da PEA brasileira, passando para 41,4% em 1999 (DIEESE, 2001).

Este estudo não tem a finalidade de mostrar um histórico da inserção da mulher no mercado de trabalho de Santa Maria, apenas tem a intenção de sinalizar, através dos lugares para onde são endereçados, um entendimento de como o mercado de trabalho faz um grande investimento, alimentado por diferentes discursos que, conjugados, reafirmavam um lugar de subordinação e inferioridade da mulher, aparecendo presa a determinadas ocupações profissionais e a tudo que essa simboliza em termos de valores.

A configuração do mercado de trabalho em Santa Maria pode ser identificada pela distribuição de oportunidades de emprego conforme distribuição por sexo, setor econômico e nível de experiência profissional, a fim de possibilitar o entendimento do lugar ocupacional das mulheres no mercado de trabalho.

As atividades do mercado de trabalho formal estão estruturadas em setores econômicos. As pessoas que participam do mercado de trabalho são consideradas como integrantes da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Segundo a PNAD (IBGE, 2005a), tal grupo corresponde ao conjunto das pessoas com idade igual ou superior a 10 anos, ocupadas e desocupadas no período de referência de sete dias. As pessoas ocupadas são aquelas que têm trabalho durante todo ou parte do período de referência, assim como aquelas que, embora tivessem trabalho remunerado, não o exerceram no período de referência por motivo de férias, licença, greve, etc. As pessoas desocupadas correspondem às que, no período de referência, não tinham trabalho, mas tomaram alguma providência efetiva de procura por trabalho. A Tabela 3 apresenta as oportunidades de emprego oferecidas pelo SINE e definidas por discriminação de sexo.

Tabela 3 – Oportunidades de emprego por sexo em Santa Maria/RS – 2004.

	Número de Vagas	Percentual
Feminino	154	22,40%
Masculino	413	60,00%
Feminino/Masculino	121	17,60%
Total	688	100%

Fonte: SINE, 2004.

O SINE ofereceu, para o ano de 2004, 668 oportunidades de emprego distribuídas por sexo. O mercado de trabalho em Santa Maria mostrou-se estritamente masculino, uma vez que 60,0% das oportunidades de emprego são

destinadas ao sexo masculino. Dentre as principais profissões ditas masculinas pelos anúncios, destacam-se: trabalhador rural, jardineiro, eletricista, marceneiro, mecânico, serralheiro, pedreiro, laboratorista fotográfico, açougueiro, cortador de mármore, operador de retroescavadeira, padeiro, armazenista, técnico em manutenção de computador, caseiro, operador de máquinas.

O mercado de trabalho direcionado às mulheres apresentava poucas oportunidades, uma vez que o SINE ofertou apenas 22,4% das oportunidades de emprego para o sexo feminino. As principais profissões, ditas femininas, que se destacaram foram: empregada doméstica, costureira, garçonete, auxiliar de contabilidade, manicure e pedicure, babá, serviços gerais, auxiliar de cozinha, cozinheira. Apenas 17,6% das oportunidades de emprego não faziam distinção de sexo. Entre elas destacavam-se: auxiliar de cozinha e vendedores.

O índice dos dados vai ao encontro dos dizeres de Foucault (1988). O autor afirma que uma das mais poderosas formas de governo das populações deu-se através do controle dos corpos e da sexualidade, pois, ao contrário do que comumente se diz, a sexualidade não foi silenciada, mas sim colocada em discurso desde o final do século XVI. O sexo foi dito de muitas formas, ainda que não de maneira explícita, especialmente nas sociedades cristãs, onde passou a ser cuidadosamente examinado, vigiado e confessado.

De modo que as oportunidades de empregos ofertadas, as funções desempenhadas pelas mulheres no mercado de trabalho são formas de governá-las, pois, ao determinar o onde e como deve ser exercida sua atividade profissional controlam-se suas ações. À medida em que o mercado de trabalho só oportuniza determinada oferta de emprego, ele está tendo um controle de atuação do gênero pela oportunidade de emprego, que vai ocasionar desigualdades sociais e econômicas entre eles. A disparidade de ofertas de oportunidades de trabalho entre homens e mulheres evidencia a continuidade da divisão de inserção no mercado de trabalho entre eles.

Além disso, os dados também sinalizam os setores econômicos que eles transitam. Os setores econômicos apresentam uma certa hierarquia econômica entre

eles. Uma ocupação profissional ligada a determinado setor tende a mostrar suas condições de trabalho, suas remunerações.

A PEA, segundo a PNAD (IBGE, 2005a), está distribuída em três setores econômicos, denominados de: 1) Primário; 2) Secundário; 3) Terciário. Segundo informações do Ministério do Trabalho e do Emprego (2005), os setores econômicos são mostrados na Tabela 4.

Tabela 4 – Setores econômicos e atividades desempenhadas

Setor Econômico	Atividade Desempenhada
Primário	Agropecuária
Secundário	Extração Mineral
	Indústria
	Construção Civil
Terciário	Comércio
	Prestação de serviços
	Administração Pública

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2005.

Conforme dados divulgados pela Prefeitura Municipal de Santa Maria (2005), o setor terciário absorve quase 80% de sua PEA; o setor primário aparece em segundo lugar e, por último, o setor secundário. Isso sinaliza que a oferta de oportunidades de emprego estará quase toda concentrada no setor terciário, pois a cidade tem, nesse setor, sua principal atividade econômica. O que pode apresentar mais variação são os tipos e os percentuais de desempenho das atividades desse setor.

Também a concentração desses dados mostra a permanência do perfil econômico de Santa Maria. Desde seu povoamento, esteve voltada para atividade terciária, inicialmente, através de serviços militares, com o passar dos anos foi mudando de função, rede ferroviária e educacional, sem transferir-se para outro setor de atividade econômica.

Os dados disponibilizados pelo SINE, referentes à distribuição de oportunidades de emprego ofertadas conforme o setor econômico são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Oportunidades de emprego definidas por setor econômico.

	Número de Vagas	Percentual
Setor Primário	31	4,50%
Setor Secundário	135	19,60%
Setor Terciário	522	75,90%
Total	688	100%

Fonte: SINE, 2004.

Observo que as vagas ofertadas pelo SINE seguem os percentuais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, onde o setor terciário tem 75,9% das vagas, enquanto 19,6% das vagas são direcionadas para o setor secundário, e apenas 4,5% são ofertadas para o setor primário.

A oferta de maior número de vagas pelo setor secundário em relação ao primário, o qual tem maior concentração do PEA, está relacionada a sua dinâmica e estrutura organizacional.

Ao observar os dados referentes à distribuição das vagas, conforme setor econômico por sexo, percebo uma forte relação entre eles, o que permite articulá-los aos discursos biologistas, cristão e masculino sobre o gênero. A Tabela 6 apresenta esta constatação.

Tabela 6 – Oportunidades de emprego definidas por sexo e setor econômico.

	Feminino	Masculino	Fem/Masc	Total
Setor Primário	0	31	0	31
Setor Secundário	0	128	7	135
Setor Terciário	154	254	114	522
Total	154	413	121	688

Fonte: SINE, 2004.

Ao analisar a distribuição das oportunidades de emprego definidas conforme o sexo e setor econômico, percebo que existe uma clara distinção entre as oportunidades de empregos para homens e mulheres. Todos os empregos ofertados no setor primário são destinados ao sexo masculino. A atividade agropecuária é claramente destinada aos homens, da mesma forma que as oportunidades de empregos concentradas no setor secundário, pois aproximadamente 98% das vagas são destinadas ao sexo masculino. Das 498 oportunidades de emprego no setor terciário, 48,7% são destinadas ao sexo masculino, enquanto apenas 29,5% das oportunidades de emprego são destinadas às mulheres, e 21,8% das oportunidades não apresentam discriminação por sexo. Ao mesmo tempo, percebo que todas as oportunidades de emprego destinadas às mulheres concentram-se totalmente no setor terciário.

A Figura 5 também apresenta a distribuição das oportunidades de emprego conforme setor econômico e por sexo. Aproximadamente 76,0% das oportunidades de emprego concentram-se no setor terciário as principais oportunidades para as mulheres, nesse setor, correspondem a ocupações como comércio, prestação de serviços e atividades domésticas. O setor secundário fortalece-se, empregando principalmente mão-de-obra masculina, perante a consolidação de indústrias de pequeno e médio porte (serralherias, marcenarias, funilarias e outras atividades voltadas para a construção civil), uma vez que Santa Maria apresenta o setor imobiliário extremamente fortalecido, em função da grande demanda de casas e apartamentos, procurados principalmente por estudantes de nível médio e superior.

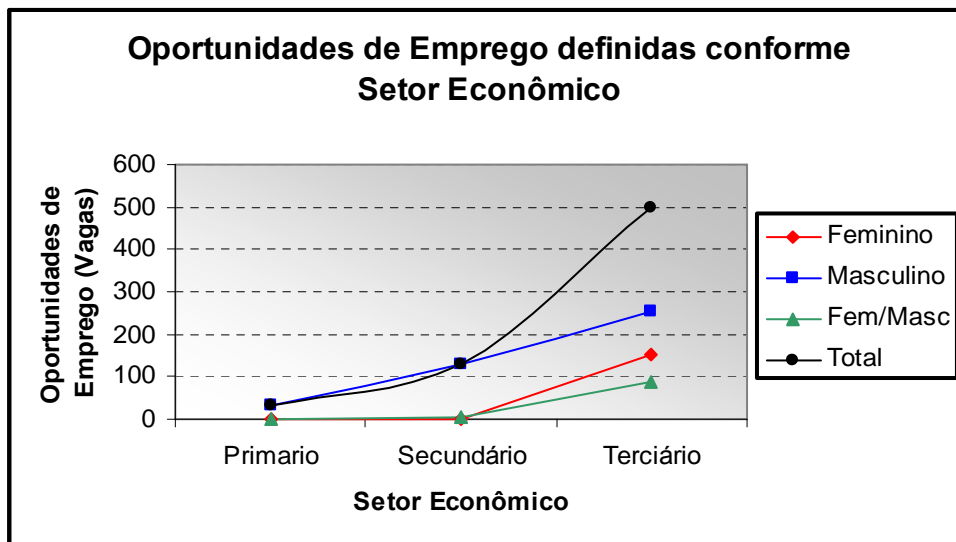


Figura 5 – Oportunidades de emprego definidas por setor econômico.
Fonte: SINE, 2004.

Analisando a concentração dos dados de oportunidade de emprego somente no setor terciário para as mulheres, Bruschini e Lombardi (2001) auxiliam-me entendendo-o ao apontarem que a ausência das mulheres nos outros setores está condicionada a oportunidades distintas por serem ocupações que têm na força física e na qualificação intelectual seus grandes atributos para seus desempenhos. Sendo elas construídas pelos atributos da fragilidade e diferenciação física e sem grandes raciocínios intelectuais, cabe aos homens ocuparem atividades que demandam destreza, força ou habilidade intelectual.

Tais dados fazem com que esses setores sejam entendidos como lugares masculinos e vão afirmando o lugar de circulação da mulher, aparecendo presa somente a um determinado setor econômico, restringindo suas possibilidades de atuações.

5.2 A escolaridade como exigência ocupacional

A importância das mulheres no processo produtivo não é um fato novo. No Brasil, por exemplo, sua presença foi marcante nos primórdios da industrialização, especialmente ligada à indústria têxtil no século XIX². O que há a destacar nas últimas décadas do século XX é a intensidade, a diversificação e a aparente irreversibilidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Estudos desenvolvidos por Galeazzi (2004) apontam vários fatores que impulsionaram esse processo, sendo eles principalmente o desejo de desenvolver uma carreira; a necessidade econômica, tanto pela deterioração dos rendimentos como pelo padrão de consumo, levando a mulher a trabalhar fora do espaço privado para aumentar a receita doméstica.

Algumas transformações, nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo.

Estudos sobre gênero e trabalho, já há algum tempo, indicam que o “contingente feminino que busca sua inserção no trabalho fora de casa traz como característica melhor nível de escolaridade relativamente aos homens” (SEADE, 2003, p. 29). O fator instrução tem contribuído para amenizar a colocação das mulheres em atividades profissionais, pois o mercado de trabalho exige, dentre seus requisitos básicos para ingresso e permanência, o aumento do nível educacional do trabalhador, uma melhor qualificação e uma contínua formação como regra geral.

Dentre as alterações no perfil da força de trabalho feminina uma, das mais importantes a ser apontada, a partir do final da década de noventa, é o seu maior nível de instrução, quando comparado ao dos homens brasileiros. As mulheres representam parcela superior à dos homens, entre os estudantes do ensino médio,

² Galeazzi (2004) comenta que quando o Brasil realizou seu primeiro censo, em 1872, quase a totalidade dos trabalhadores industriais eram mulheres.

mas essa parcela é ainda mais representativa entre os que permanecem na escola e ingressam no ensino superior.

No entanto, ao observar os dados fornecidos pelos anúncios do SINE, parece que o mercado de trabalho de Santa Maria não tem acompanhado essas alterações na escolaridade, pois sua solicitação, ainda, permanece maior para as ocupações ditas masculinas.

A escolaridade é um dos elementos definidores das condições de inserção em determinada ocupação no mercado de trabalho e, como tal, possibilita uma divisão de atuação entre homens e mulheres.

A Tabela 7 mostra as oportunidades de emprego definidas por nível de escolaridade³.

Tabela 7 – Oportunidades de emprego definidas por nível de escolaridade em 2004.

	S.E. ⁴	E.F.I. ⁵	E.F.C. ⁶	E.M.I. ⁷	E.M.C. ⁸	E.S. ⁹	Total
Feminino	27	3	26	1	2	0	59
Masculino	32	53	89	13	25	0	212
Fem/Masc	2	1	13	1	15	8	40
Total	61	57	128	15	42	8	311

Fonte: SINE, 2004.

Das 311 vagas definidas pelo SINE, por nível de escolaridade, 14 encontram-se no Setor Primário, 82 encontram-se no Setor Secundário, e 215 encontram-se no Setor Terciário.

³ A partir de outubro de 2004 os anúncios deixaram de solicitar a escolaridade para vaga ofertada.

⁴ Sem exigência de escolaridade.

⁵ Ensino Fundamental Incompleto.

⁶ Ensino Fundamental Completo.

⁷ Ensino Médio Incompleto.

Ao observar as informações que constituem os dados desta tabela é possível perceber que as oportunidades de emprego estão concentradas principalmente em atividades que exigem níveis de escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental Completo, tanto para homem como para mulher. A diferença entre eles é que a distribuição dos dados é distinta; para os homens, há quase um equilíbrio nos demais níveis de ensino, enquanto que, para as mulheres, há uma disparidade entre os níveis, sendo que praticamente só há uma exigência de escolaridade.

É pouca a exigência do nível de escolaridade com a função educacional desempenhada por Santa Maria, que reúne vários cursos técnicos, além de universidades com abrangência e relevância nacional. Os dados podem refletir como seu mercado de trabalho, ainda, solicita uma mão-de-obra pouco qualificada diante de uma oferta qualificada em sua própria cidade.

Os dados também mostram o quanto as profissões ditas femininas, solicitadas por esses anúncios, estão voltadas para ocupações sem grandes qualificações intelectuais. A Figura 6 permite uma visualização dos dados, auxiliando no seu entendimento.

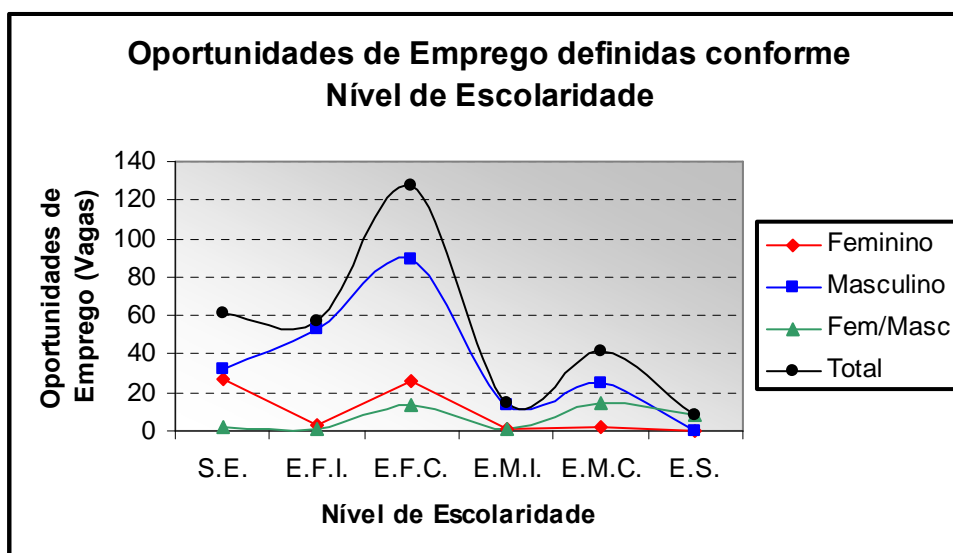


Figura 6 – Oportunidades de emprego definidas por nível de escolaridade.
Fonte: SINE, 2004.

⁸ Ensino Médio Completo.

⁹ Ensino Superior, Completo ou Incompleto.

Essa figura evidencia que o desenho da linha formado pelos dados referentes às mulheres acompanha o do total das oportunidades, até mantém uma certa proporção nos seus distanciamentos. No entanto, quando confrontado o feminino e o masculino, a lógica não é a mesma. As oportunidades de emprego que solicitam a escolaridade do ensino fundamental incompleto tomam rumos diferentes, aumenta para o masculino e diminui para o feminino.

A Tabela 8 e a Figura 7 apresentam as oportunidades de vagas de emprego definidas por setor econômico e nível de escolaridade.

Tabela 8 – Oportunidades de emprego definidas por setor econômico e nível de escolaridade.

	S.E.	F.I.	F.C.	M.I.	M.C.	S.
Setor Primário						
Feminino	0	0	0	0	0	0
Masculino	1	7	2	3	1	0
Fem/Masc	0	0	0	0	0	0
Setor Secundário						
Feminino	0	0	0	0	0	0
Masculino	18	20	36	0	6	0
Fem/Masc	0	0	0	2	0	0
Setor Terciário						
Feminino	27	3	26	1	2	0
Masculino	13	26	51	8	20	0
Fem/Masc	2	1	13	1	13	8

Fonte: SINE, 2004.

Pela lógica da relação escolaridade e oportunidade de trabalho é possível perceber que, quanto maior for o nível de instrução, mais condições de trabalho são proporcionadas. Sullerot (1970) já comentava esta relação entre as mulheres ao afirmar que

as mulheres que recebem uma instrução superior trabalham cada vez mais e, proporcionalmente, muito mais do que as outras [...] quanto mais instruída ela é, mais chance tem de ganhar a sua vida. [...] As percentagens menores de trabalhadoras se acham entre as mulheres que têm menos de cinco anos de escola (p. 276).

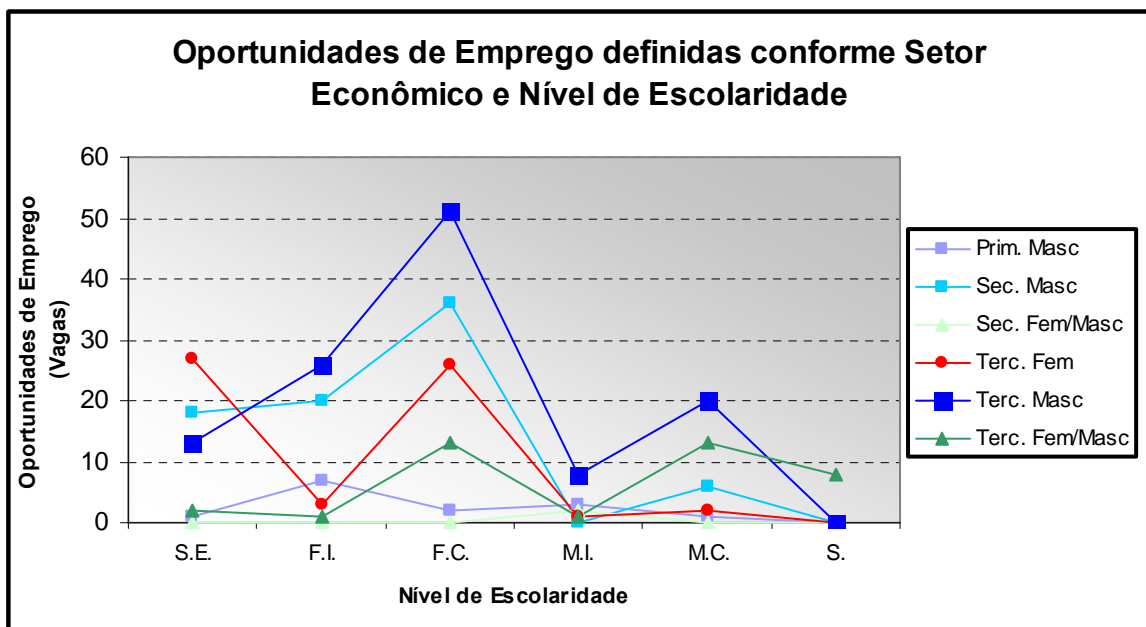


Figura 7 – Oportunidades de emprego definidas por setor econômico e nível de escolaridade.

Fonte: SINE, 2004.

A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações nas famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem se delineando desde a década de oitenta (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2002a).

Diversas pesquisas vêm constatando que a desigualdade nas oportunidades de emprego entre homens e mulheres não pode ser explicada por variáveis associadas a características produtivas, como setor ou atividade econômica, nível de escolaridade, número de horas trabalhadas, tipo de ocupação e vínculo empregatício, dentre outras.

A persistência de menores oportunidades ocupacionais para as mulheres, como mostram esses dados, indica a existência de discriminação em função do gênero no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2000).

O que percebo em análise dos dados sobre o mercado de trabalho são as relações entre tipo de emprego e escolaridade. À medida que aumenta a exigência do nível de escolaridade para os homens, diversifica-se a gama de oportunidades como, por exemplo, de marceneiro para técnico em informática. Para as mulheres, a concentração de oportunidades fica variando nas atividades de menor exigência de escolaridade como: empregada doméstica, cozinheira, manicure.

Assim, ocorre uma segregação sexual no emprego decorrente da escolaridade. Isso também leva a uma desvalorização das profissões, que, coincidentemente, são, predominantemente femininas. Nesse sentido, segundo Largave apud Tonini (2002, p. 63) “as mulheres acabam por ocupar as funções que exigem menor grau de instrução e qualificação”.

Comparativamente aos homens, são as ocupações ditas femininas do setor terciário, as quais não exigem escolaridade alguma, as que mais vagas ofertam. Se os dados posicionam as mulheres nas menores exigências de escolaridade, eles também colocam os homens nas maiores exigências de escolaridade para ocupações profissionais. Será que não está havendo discriminação nessa solicitação?

Dados da PNAD (IBGE, 2005a) apontam que a inserção das mulheres no mercado de trabalho cresce a cada ano no Brasil. Mas, apesar de terem nível médio de escolaridade maior do que o dos homens, **enfrentam mais dificuldades para encontrar emprego**, sofrem com taxas de desemprego maiores, ocupam menos

cargos de chefia, além de receberem salários mais baixos (DIEESE, 2002) (Grifos meus).

5.3. A experiência profissional como qualificação para o trabalho

As relações existentes entre as oportunidades de trabalho para as mulheres e as qualificações atribuídas para a realização das atividades permitem diferenciar atribuições, experiências e exigências necessárias para a ocupação das vagas.

Relacionando as oportunidades de emprego com o nível de experiência e a discriminação por sexo, percebo que, das 660 vagas disponibilizadas pelo SINE, 211 vagas (ou 32%) dessas apresentam critérios distintos de experiência, tais como exigência de referências pessoais, cursos técnicos, conhecimento prévio de determinada atividade, dentre outras, porém sem exigência comprovada de experiência ou carteira assinada. Em relação a essas 211 vagas, não há uma distinção clara nas exigências para homens e mulheres, uma vez que 43% das vagas são destinadas aos homens, 40% são destinadas às mulheres e 17% são destinadas a homens ou mulheres, não fazendo, portanto, distinção de sexo.

Em relação à experiência comprovada ou carteira assinada, exigida pelo SINE, foram disponibilizadas 449 oportunidades de emprego, discriminadas por tempo de experiência (até 6 meses, 12 meses, 24 meses e 36 meses), sendo 70 vagas destinadas às mulheres, 322 destinadas aos homens e 57 destinadas a ambos os sexos.

Das 217 vagas disponibilizadas para candidatos com até 6 meses de experiência profissional, 15,6% das vagas foram disponibilizadas às mulheres, enquanto 70,5% das oportunidades foram disponibilizadas para os homens, e aproximadamente 14% das oportunidades não fizeram distinção de sexo. Essa proporção é praticamente mantida, quando são disponibilizadas oportunidades de emprego com exigência de 12 meses e 24 meses de experiência e/ou carteira assinada. Das 161 vagas para candidatos com 12 meses de experiência, 20% são destinadas às mulheres, aproximadamente 68% são destinadas aos homens e 12% das vagas oferecidas não apresentavam distinção de sexo. Das 62 vagas para candidatos com 24 meses de experiência, 8% são destinadas às mulheres, aproximadamente 82% são destinadas aos homens e 10% das vagas oferecidas não apresentavam distinção de sexo. As oportunidades de emprego para profissionais com 36 meses de experiência são praticamente destinadas aos homens (aproximadamente 90%). As outras vagas não fazem distinção de sexo, e nenhuma vaga é ofertada exclusivamente para mulheres.

A Tabela 9 apresenta as oportunidades de emprego definidas por nível de experiência profissional.

Tabela 9 – Oportunidades de emprego definidas por nível de experiência.

	Outros Critérios¹⁰	Até 6 meses¹¹	12 meses	24 meses	36 meses	Total
Feminino	84	34	31	5	0	154
Masculino	91	153	110	51	8	413
Fem/Masc	36	30	20	6	1	93
Total	211	217	161	62	9	660

Fonte: SINE, 2004.

¹⁰ Exigem referências pessoais, cursos técnicos, conhecimento prévio de determinadas atividades, dentre outras, porém sem exigência comprovada de experiência ou carteira assinada.

¹¹ Conforme as tabelas do SINE, exige-se experiência comprovada ou carteira assinada.

Analisando a distribuição das vagas dentro do universo feminino, há uma predominância de oportunidades para critérios distintos, já que em 54,5% das vagas são exigidos cursos técnicos, referências pessoais, não fazendo, portanto, distinção por nível de experiência. Em 22% das vagas oferecidas às mulheres, o SINE exige 6 meses de experiência comprovada ou carteira assinada. Com exigência de 12 meses de experiência profissional, são oferecidas 23,5% das vagas.

Em relação à distribuição de oportunidades de emprego dentro do universo masculino, em 22% das vagas são exigidos critérios distintos, tais como cursos técnicos, referências pessoais, dentre outras exigências. Grande parte das oportunidades de emprego masculino (37%) exige 6 meses de experiência. Com exigência de 12 meses de experiência profissional, são oferecidas 26,6% do total de vagas, enquanto ainda são oferecidas 14,4% de vagas com experiência profissional acima de 24 meses.

A Figura 8 apresenta as oportunidades de emprego definidas por nível de experiência profissional.

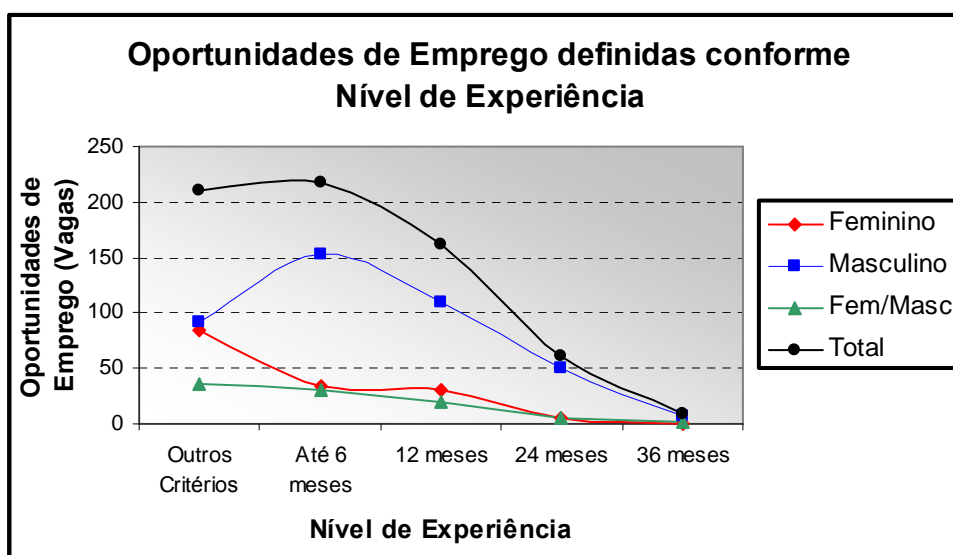


Figura 8 – Oportunidades de emprego definidas por nível de experiência.
Fonte: SINE, 2004.

A análise da tabela permite perceber que o maior número de oportunidade é ofertado para o sexo masculino, exigindo também menor tempo de experiência para maior parte das oportunidades. Os valores decrescem à medida que aumentam as exigências. Para as mulheres, são utilizados outros critérios como, por exemplo, não estudar, ser solteira ou ter maior tempo de experiência em comparação ao homem.

5.4. Cuidadoras do Lar/Cuidadoras Sociais: o trabalho como uma extensão do espaço privado

Para entendimento de tal foco de análise, é preciso compreender quais as atividades que foram codificadas como sendo profissões de Mulheres (coisas de mulher), as quais considereei como Cuidadoras Sociais/Cuidadoras do Lar. Em primeiro momento, chamaria essas profissionais de cuidadoras do lar por suas atribuições. São atividades historicamente definidas como femininas principalmente aquelas que estão relacionadas a tarefas desenvolvidas no âmbito doméstico. São ocupações que a mulher encontrou no mercado de trabalho como uma extensão das atividades do espaço privado que naturalmente foram atribuídas como sendo um trabalho de mulher.

Já a expressão Cuidadoras Sociais estaria atrelada principalmente a atividades que mantêm relações ao cuidado do corpo ou atividades que exigiam qualificações, que, historicamente, foram atribuídas como funções de mulher ou ao papel de mãe e esposa.

As oportunidades oferecidas para as mulheres estão relacionadas principalmente a atividades de cuidadoras sociais. Dentro dessas atividades, estariam profissões como auxiliar de cozinha, empregada doméstica com atribuições

ou observações como disponibilidade de horário, saber limpar e cozinhar, ser solteira, não fumar entre outras especificações.

Delinear fronteiras e delimitar profissões atribuídas às mulheres têm o intuito de criar um código para tais ocupações. Essas atribuições estão relacionadas à própria escolarização na época em que a educação para as mulheres era distinta dos ensinamentos transmitidos aos homens. O aprendizado para as mulheres estava voltado para o espaço doméstico, pois determinadas qualidades naturais foram atribuídas historicamente as mulheres. A história do trabalho doméstico ilustra esse processo.

Nesse sentido, é possível perceber um entendimento de que a mulher tem em suas características naturais atribuições para servir e cuidar e, conseqüentemente, irá romper do espaço privado para o espaço público. Então suas qualidades servirão também para o mercado de trabalho, já que torna esse condicionamento social como característica natural. Assim, a nova divisão sexual do trabalho cria uma idéia de que a mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho, e as suas oportunidades são crescentes, já que também conquistou o mundo das profissões. Porém é necessário entender que a desvalorização das profissões a ela atribuídas estão cada vez mais marcadas pela crescente desvalorização das atividades.

A TABELA 10 espacializa as principais oportunidades oferecidas às mulheres durante o ano de 2004 para as atividades consideradas de cuidados, de vigilância, de assistencialismo identificadas como cuidadoras do lar e cuidadoras sociais.

Tabela 10 – Ocorrência das atividades de cuidadoras sociais nas oportunidades de emprego – 2004.

Posição	Profissão	Ocorrência	Percentual
1	Empregada Doméstica	45	29,20%
2	Costureira	38	24,65%
3	Auxiliar de Administração/Contabilidade	13	8,45%
4	Vendedora/Promotora de Vendas	9	5,85%
	Atendente de Balcão	9	5,85%
6	Auxiliar de Limpeza	8	5,25%
7	Auxiliar Farmacêutica	6	3,90%
	Manicure/Pedicure	6	3,90%
9	Acompanhante	5	3,20%
10	Babá	3	1,95%
	Garçonete	3	1,95%
12	Eletricista	2	1,30%
	Empacotadora	2	1,30%
	Técnico em Enfermagem	2	1,30%
15	Cabeleireira	1	0,65%
	Jardineira	1	0,65%
	Secretária	1	0,65%
Total		154	100%

Fonte: SINE, 2004.

Os dados permitem verificar que a maior frequência para oportunidades de emprego em Santa Maria é para a função de empregada doméstica, representando aproximadamente 30% da disponibilidade de vagas. Outra profissão feminina bastante ofertada é a de costureira, representando aproximadamente 25% da disponibilidade de vagas.

Também é possível verificar que atividades como a função de auxiliar, seja na cozinha, na limpeza ou no escritório, são atribuídas principalmente ao feminino. Isso evidencia uma condição de submissão e conseqüentemente menores rendimentos para as oportunidades oferecidas às mulheres, reforçando a idéia de sexualização das oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse sentido, percebo que há uma segregação sexual no emprego, acarretando a desvalorização salarial das profissões predominantemente femininas. Segundo Largave apud Tonini (2002, p. 63), “a feminização de um emprego é fatal para o salário, ao passo que a masculinização lhe oferece mais-valia; então as mulheres acabam por ocupar as funções que exigem menor grau de instrução e qualificação”.

Para este foco, busquei dados que se referem às ocupações profissionais de menor qualificação exercidas pelas mulheres. Percebo que essas ocupações estão relacionadas a atividades manuais, sem qualificação, prestígio e conseqüentemente com baixa remuneração.

Muitas atividades inseridas nessa categoria são vistas especificamente como femininas, como é o caso das oportunidades mais ofertadas a mulheres nos dados que compõem este estudo. Exemplo dessas ocupações são atividades como empregadas domésticas, faxineiras, costureiras, secretárias. Essas atividades são consideradas braçais, não necessitando de fortes relações com a tecnologia e, por conseguinte, pouco valorizadas na economia capitalista, estando posicionadas numa escala de inferioridade em relação às demais profissões.

Essas ocupações são identificadas como guetos da mão-de-obra feminina, evidenciando uma divisão sexual do trabalho que, conforme os estudos realizados por Pena (2004), constitui-se num fenômeno histórico, que se transforma e se reestrutura de acordo com a sociedade da qual faz parte.

Assim, percebo que o trabalho doméstico, culturalmente definido, é uma responsabilidade da mulher, sendo configurado como o “lugar da mulher”, dona-de-casa, esposa e mãe, sendo que para a execução dessa tarefa, não se exige nenhuma qualificação. Assim, essa atividade é o refúgio, na sociedade, dos/as trabalhadores/as com baixa escolaridade e sem treinamento, sendo realizada no interior das residências e, conseqüentemente, recebendo uma das piores remunerações dos ocupados na economia.

Com a preocupação desse estigma herdado socialmente de desvalorização do trabalho doméstico, este foco analítico esteve preocupado em apontar o direcionamento da mão-de-obra feminina para essa atividade.

A divisão sexual do trabalho também expressa uma hierarquia de gênero que aponta para uma desqualificação do trabalho feminino, socialmente desvalorizado e mal remunerado. Sobre essa referência, Pena (2004) enfatiza que a questão da desqualificação do trabalho torna-se esclarecedora da hierarquia de gênero que a envolve, mostrando como exemplo a carreira de professor primário, que, enquanto

foi eminentemente masculina era bem remunerada e possuía prestígio social. Ao se feminilizar, perdeu parte do seu prestígio, tornando-se mal remunerada. Outros exemplos também podem ser identificados com esse mesmo entendimento como a diferença entre uma cozinheira (desqualificada) e um chefe de cozinha (atividade qualificada), mesmo sendo atividades distintas, realizam-se no mesmo espaço e com funções semelhantes. Isso evidencia que a divisão sexual do trabalho não é neutra.

Assim, a divisão sexual do trabalho fica evidente para as mulheres em tarefas que não exigem mão-de-obra qualificada e que passaram a ser consideradas como tarefas femininas, compondo a categoria de trabalhadoras desfavorecidas e contribuindo para o aumento da feminização da pobreza¹².

¹² Existem preocupações com o impacto da pobreza sobre as mulheres brasileiras excluídas, marginalizadas e chefes de família, devido a com sua posição em desvantagem no que se refere ao acesso à saúde, saneamento básico, emprego, informação e justiça.

6. ENCERRANDO O EXPEDIENTE

Da provisoriedade do trabalho de pesquisa...

o trabalho de um intelectual não é modelar a vontade política dos outros; é, através das análises que ele faz nos domínios que são seus, reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições e a partir desta reproblemática (onde ele desempenha seu papel específico de intelectual) participar da formação de uma vontade política (onde ele tem o seu papel a desempenhar) (FOUCAULT, 1984, p. 84).

Ao longo deste trabalho, tentei demonstrar como as oportunidades no mercado de trabalho ajudam a legitimar as diferenças entre os sexos, como elas fizeram parte desde o processo de escolarização, que surgiu para formar uma nova ordem social, e também como os aspectos históricos auxiliaram na constituição das características sócio-espaciais de Santa Maria.

Outro aspecto importante, que merece ser considerado, consiste no fato de essa investigação ter procurado analisar o mercado de trabalho sob a perspectiva de gênero, pois tem sido uma das grandes lacunas não só na Geografia, mas também nos Estudos Feministas, uma vez que as pesquisas desenvolvidas neste campo geralmente abordam as relações de gênero numa ótica de desigualdades atribuídas ao sexo, ignorando especificidades. Dessa forma, tive a intenção de contribuir para um olhar sobre esse campo a partir da análise de tabelas divulgadas pelo SINE e

publicadas pelo jornal Diário de Santa Maria, artefato que permitiu um estranhamento por apresentar tabelas que permitiram distinções entre os sexos para ocupação de vagas ofertadas no mercado de trabalho.

Creio ter sido possível mostrar como se deu o processo de construção das diferenças entre homens e mulheres, as transformações ocorridas ao longo da história dos movimentos reivindicatórios e a atual configuração do mercado de trabalho numa perspectiva de gênero.

No entanto, é preciso considerar que muitos outros caminhos poderiam ter sido escolhidos para a realização desta pesquisa, por exemplo, a maior utilização de dados ou outras formas para obtenção desses. Os limites que estabeleci, bem como outras atividades com as quais me vinculei neste período não me possibilitaram dedicar mais atenção a estes outros aspectos que poderiam ter sido mais explorados, mas exigiriam novas leituras com as quais não estava em condições de envolver-me neste momento.

Os discursos produzidos a respeito de mulheres, especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX e, das primeiras décadas do Século XX, posicionam-as de modo a que ocupassem um lugar de submissão e inferioridade na sociedade. Tais discursos, construídos nos mais diferentes campos de conhecimentos, enfatizavam a argumentação de uma natureza biológica própria, que permitia justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Vários discursos –religioso, médico, filosófico, pedagógico, literário– foram acionados, colocando em circulação representações de gênero, geralmente baseadas em concepções de uma natureza biológica específica, reforçando, em alguma medida, a desigualdade entre mulheres e homens.

Parece que, pautados nesses discursos, ainda, na atual economia de mercado, circulam argumentos para a continuidade da desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho entre o feminino e o masculino, a qual vai gerar grandes disparidades financeiras e sociais entre eles. Sobre isso Louro (1997, p. 21) explica que “seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem científica, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender – e justificar – a desigualdade social”.

A Geografia, ao desenvolver estudos de gênero na perspectiva pós-estruturalista, auxilia no questionamento dos dizeres de que a mulher e o homem devem ser tratados ou vistos como desiguais em suas capacidades ocupacionais no mercado de trabalho. Vários estudos evidenciam que a mulher pode desempenhar funções tão bem quanto o homem. Isso não quer dizer que se neguem as diferenças físicas entre eles, que não existam atividades que exijam grandes esforços físicos e que são melhor desempenhadas pelos homens pela sua constituição física diferenciada da mulher. O que quero afirmar é que não se pode dar acolhida aos ditos que justifiquem a diferença como estratégia legitimadora para direcionamentos distintos no mercado de trabalho.

Embora os discursos a respeito das mulheres foram se modificando ao longo dos anos, acompanhando e também integrando as profundas mudanças ocorridas nas formas de organização das sociedades e do processo de industrialização, sempre houve um crescimento separado, ou seja, cresceram divididos. As oportunidades nunca foram igualitárias, as remunerações para as mesmas ocupações sempre foram distintas.

Historicamente as mulheres sempre trabalharam, porém nem sempre exerceram profissões. É possível perceber algumas dificuldades ou obstáculos nas estreitas oportunidades oferecidas às mulheres, como na carreira do magistério, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, nas quais a professora é considerada a segunda mãe das crianças, dentre outras profissões consideradas femininas, como secretárias (a segunda esposa do chefe) e a enfermeira (a grande amiga dos pacientes e dos médicos).

Observando os dados disponíveis, percebo o quanto algumas atividades relacionadas ao cuidado do corpo ou manutenção do espaço privado estão intimamente atribuídas à figura da mulher, espaço esses historicamente delimitado, constituindo-se num território definido pelas qualidades atribuídas à mulher.

A extensão das atividades realizadas no espaço privado para o espaço público está relacionada à complementação do orçamento familiar. Algumas barreiras enfrentadas pela mulher para participar do mercado de trabalho independem da classe social a que pertencem. Podem ser inicialmente analisadas pela

discriminação salarial e até mesmo pela intimidação física. Também estão fortemente relacionadas à desqualificação intelectual (apesar dos números indicarem uma maior e crescente escolarização feminina).

Percebo esses condicionantes como obstáculos à inserção da mulher no mundo produtivo, visto esse como um campo “naturalmente masculino”. Para assegurar esse campo, no passado, uma estratégia utilizada para manter a supremacia masculina estava relacionada a não socializar informações importantes como forma de preservar seu espaço na esfera pública e desqualificar o trabalho feminino.

Outro olhar sobre os dados possibilita perceber que as oportunidades de emprego para mulheres inexistem no setor secundário da economia¹ de Santa Maria, porém é necessário considerar que esse setor é pouco desenvolvido no município, o que reduz as oportunidades oferecidas.

Existe uma divisão sexual do trabalho, uma vez que existem ocupações consideradas masculinas e ocupações consideradas femininas. Exemplos dessa distinção podem ser percebidos em ocupações como pedreiros, marceneiros, mecânicos, operadores de máquinas, sendo consideradas profissões masculinas; já empregadas domésticas, babás, manicures, pedicure, e auxiliar de cozinha são profissões consideradas femininas; enquanto padeiros, confeitheiros, pizzaiolos e vendedores, atribuídas para ambos.

Observo que essas associações sexistas possuem, ainda, forte relação com a educação feminina, que reforçava a idéia de que a mulher nasceu para servir, sendo dessa forma, projetada ao nível do trabalho profissional, razão pela qual ela consegue mais facilmente empregos subalternos.

¹ Como pode este espaço que, no seu início, (primeiras décadas do século XX no Brasil), era basicamente feminino, hoje, rejeitar sua presença? Desde esse período, já era possível se perceber que a divisão do trabalho entre homens e mulheres era distinta. As tarefas menos especializadas e mal remuneradas ficavam com as mulheres, enquanto os cargos de direção e coordenação cabiam aos homens.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, S. Dinâmicas de gênero na sala de aula. In: **Estudos Sociais: Outros saberes e outros sabores**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

ARANHA, M. L. de A., **História da Educação**. São Paulo : Moderna, 1989.

BARKER, G. e LOEWNSTEIN, I. **Onde estão os garotos**: promovendo maior envolvimento masculino na educação sexual. Rio de Janeiro: CEDUS, 1997.

BEBER, C. C. **Santa Maria 200 anos**: história da economia do Município. Santa Maria : Pallotti, 1998.

BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho (1787-1930)**. 2. ed. Canoas : La Salle, 1979

BORDIEU, P. A dominação masculina. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. p. 133 – 184, 1995.

BRENA, D. A. e LONGHI, S. J. Inventário Florestal da Quarta Colônia. In: ITAQUI, J. **Quarta Colônia** – Inventário Técnico de Flora e Fauna. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

BROSSEAU, M. Geografia, Práticas Discursivas e Ambiência Pós-Moderna. In: CASTRO, I. E. *et al.* **Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: **Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. São Paulo: ABET, vol. 1, 1994.

BRUSCHINI, C. & LOMBARDI, M. R. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre, 2002a. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2004.

_____. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero; Unicamp, n. 17/18, 2002b.

_____. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.fcc.org.br>. Acesso em 10 out. 2004.

_____. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil Contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 110, jul., p. 64 – 104, 2000.

CARVALHO, M. P. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

COLOMBARA, M. Espaço e Mulher: uma contribuição para a geografia de gênero. In: SANTOS, Milton et al (org.). **O Novo Mapa do Mundo: Problemas geográficos de um Mundo Novo**. São Paulo: Hucitec, 1995.

CORDOVA, R. de A. **Imaginário social e educação: criação e autonomia**. Brasília, v. 14, n. 6, p. 24-45, 1994.

CORREA, S. M. de S. **Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul : Editora da UNISC, 1994.

COSTA, M. V. Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares. In: _____ (org.). **Estudos Culturais em Educação**. Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 13 – 36.

_____. Novos Olhares na Pesquisa em Educação. In: _____ (org). **Caminhos Investigativos**. Porto Alegre : Medição, 1996.

CUNHA, M. T. S. **Armadilha da Sedução**. Os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos. **Boletim DIEESE**. São Paulo : DIEESE, 2002.

_____. **A situação da mulher no trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2001.

FIGUEIREDO, V. D. M. **População e qualidade de vida urbana em Santa Maria - RS: Estudo de Caso**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em: <<http://www.alfredo-braga.pro.br/discussoes/aordemdodiscurso.html>>. Acesso em 20 set. 2003.

_____. **A Arqueologia do saber**. 5 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Theresa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

_____. **Viagar e Punir**: história da violência nas prisões. 8 ed. Tradução de Ligia Pondré Vassallo. Rio de Janeiro : Vozes, 1992.

_____. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociologia**. v. 1, n. 3, p. 3 – 10, 1988.

_____. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução Maria Theresa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal,1980

GALEAZZI, I. **Mulheres trabalhadoras**: a chefia da família e os condicionantes de gênero. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov/sitefee/pt/content/publicacoes.php>>. Acesso em 16 fev. 2004.

GARBIN, E. M. **www.identidadesjuvenis.com.br**: Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, S. **A indentidade cultural na Pós-Modernidade**. 9 ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Estudos Culturais: Dois Paradigmas. In: SOVIK, L. (org.) **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo : Loyola, 1989.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: um breve século XX. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: População economicamente ativa e população ocupada e desocupada. Rio de Janeiro, 2005a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/pnad>>. Acesso em 10 dez. 2005.

_____. **IBGE@Cidades**. Rio de Janeiro, 2005b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em 12 nov. 2005.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm>>. Acesso em 15 mar. 2003.

KIBBY, M. **Representating masculinity available**. Disponível em <<http://www.faassnewcastle.edu.au/socanth/represent.htm>>. Acesso em 10 ago. 1997.

LEONE, E. T. **Renda e Trabalho da Mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90**. Campinas: UNICAMP, 1999.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOURO, G. L. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução.** Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101 – 132, 1995a.

_____. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, A. (org.) **Crítica pós-estruturalista e educação.** Porto Alegre: Sulina, 1995b

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo horizonte: Autêntica 1999

_____. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1998

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LUFT, C. P. **Pequeno dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 2001.

MAGNOLI, D.; OLIVEIRA, G.; e MENEGOTTO, R. **Cenário Gaúcho: representações históricas e geográficas.** São Paulo: Moderna, 2001.

MEYER, Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. et al (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Alguns são mais iguais que outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: SILVA, L. H. (org.) **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/rais/default.asp>>. Acesso em 10 dez. 2005.

MORAES, C. S. Álbum Fotográfico. **Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens.** Carmem Sylvia Vidigal Moraes e Júlia Falivene Alves (org.). São Paulo: [s.n.], 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Centro de Informações.** Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/index.php#>>. Acesso em 21 set. 2005.

PADOIN, M. M. **O empresário comercial em Santa Maria/RS: uma análise histórica sobre a CACISM.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1992.

PENA, M. V. J. **Mulheres e Trabalhadoras.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/multirio/cime/ME35/ME35_008html>. Acesso em 11 fev. 2004.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1998.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença**: Uma Introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 91 p.

PINTO, M. L. C. **Estudo da evolução geomorfológica do baixo curso do Rio Jaguari/RS (1964-1975)**. Santa Maria: UFSM, 1998.

PIRES, S. M. F. **Representações de gênero em ilustrações de livros didáticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PUPPIN, A. B. **Do lugar das mulheres e das mulheres fora do lugar**. Um estudo das relações de gênero na empresa. Niterói: EDUFF, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Dados Gerais de Santa Maria**. Santa Maria, 2005. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br>>. Acesso em 10 dez. 2005.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECHIA, A. A. **Santa Maria**: cidade sol – coração gaúcho. Santa Maria : UFSM, 1985.

ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero**: mulher, família e trabalho na área de Ribeirão Preto/SP – 1987/1997. Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1998/a162.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2002.

SAINT HILAIRE, A. de. Viagem ao Rio Grande do Sul. In: MARCHIORI, J. N.C. e NOAL FILHO, V. A. (org.) **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. Santa Maria: UFSM, 1987.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, C. M. G. dos. **A educação feminina**: Escola de Artes e Ofícios Santa Teresinha no município de Santa Maria - um estudo de caso. Santa Maria, 2004. (Dissertação de Mestrado).

_____. **A evolução histórica da cidade de Santa Maria no período de 1930 a 1960**. Santa Maria, 1997. (Monografia).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2002.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção.** São Paulo : Hucitec, 1999.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001.

SCHIENBINGER, L. **O Feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EdUSC, 2001.

SEBASTIANI, R. V. **Gênero e desigualdade salarial.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/publicacoes.php>>. Acesso em 09 fev. 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2. Porto Alegre, p. 05-22, jul-dez. 1990. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/Gen_Categoria.html>. Acesso em 15 jan. 2003.

_____. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (org.). **História das Mulheres: o século XX.** v. 5. São Paulo: Ebradil, 1997.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, S. V. **Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações.** Barcelona, 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-2b2.html>>. Acesso em 22 jan. 2003.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS . **Mulher e Trabalho.** n.º 11. São Paulo, fev. 2003.

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO. Oportunidades de emprego no SINE. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 2004.

SOARES, V. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. **Revista de Estudos Feministas.** Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. Especial, 2º semestre. 1994.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SULLEROT, E. **História e sociologia da mulher no trabalho.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

TELES, M. A. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

TONINI, I. M. **Identidades Capturadas: povos e culturas no livro didático de Geografia.** Proposta de Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. **Identidades Capturadas: Gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia.** Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TREVISAN, J. S. **Seis bolas num buraco só: a crise do masculino,**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIERO, L. M. D. **Atlas Municipal Geográfico de Santa Maria: Diário de Santa Maria,** 2003.

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)